

Boletim de Política Industrial



INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
DISET — Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais

AGOSTO

Nº 8
1999

SUMÁRIO

I – TEMAS EM DESTAQUE	1
I.1 – CONJUNTURA RECENTE	1
I.2 – ATIVIDADE ECONÔMICA NA INDÚSTRIA	2
I.3 – PREÇOS INDUSTRIAIS	2
I.4 – BALANÇA COMERCIAL	4
II – MEDIDAS DE POLÍTICA	6
II.1 – POLÍTICAS DE COMÉRCIO EXTERIOR	6
II.2 – POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO E INCENTIVOS	6
II.3 – POLÍTICAS DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA	7
II.4 – POLÍTICAS DE INFRA-ESTRUTURA E REGULAÇÃO	8
III – FATOS RELEVANTES	10
III.1 – COMÉRCIO EXTERIOR	10
III.2 – INFRA-ESTRUTURA E REGULAÇÃO	11
III.3 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA	14
IV – TÓPICOS ESPECIAIS	14
IV.1 – REFORMA TRIBUTÁRIA, AJUSTE FISCAL E COMPETITIVIDADE	14
IV.2 – CIMEIRA DO RIO: PRESENTE E PERSPECTIVAS DO MERCOSUL	16
IV.3 – A MEGAFUSÃO BRAHMA-ANTARCTICA	18
V – ANEXO ESTATÍSTICO	21

I – Temas Em Destaque

I.1 – Conjuntura Recente

Após turbulência macroeconômica provocada pela crise cambial do início do ano, duas questões despontaram como determinantes da evolução futura da conjuntura econômica. O novo patamar da taxa de câmbio real alterou as condições de concorrência, elevando os graus de liberdade das empresas para majorar preços. O governo sinalizou para a sociedade por meio da política de metas inflacionárias que está atento a esta questão. O segundo fator fundamental corresponde à capacidade da economia de gerar divisas externas para o financiamento do Balanço de Pagamentos. Neste segundo aspecto, o desempenho das exportações possui papel crucial.

A medida adotada pelo governo logo após a crise cambial foi uma política monetária fortemente restritiva. O quadro afetou o comportamento dos indicadores de preço e de nível de atividade na indústria, entre outros.

Em função da contração da demanda agregada decorrente da política monetária, a taxa de inflação

subiu moderadamente, tendo em vista os impactos causados pela desvalorização cambial: o IPCA, que mede o comportamento dos preços na indústria, aumentou 5,1%, entre janeiro e julho. Após os reajustes recentes de tarifas públicas e combustíveis, para 1999 o ímpeto inflacionário deve reduzir-se, dado o nível de relativo equilíbrio da taxa de câmbio e as ainda elevadas taxas de juros domésticas. Dessa forma, nesse ano o Banco Central deve obter êxito na sua política de metas inflacionárias, adotada em junho.

A situação é mais delicada quando se trata dos indicadores de crescimento econômico e da Balança de Transações Correntes. Embora as previsões iniciais para o crescimento da economia em 1999 fossem revistas de crescimento negativo para nulo, a demora em se realizar em caráter definitivo o ajuste das contas públicas dificulta uma queda mais expressiva da taxa de juros, comprometendo a retomada do crescimento sustentado e dos níveis de emprego. Na indústria, as taxas de crescimento da produção no primeiro e no segundo trimestre deste ano, em relação a igual período de 1998, foram negativas: -5,2 e -4,0, respectivamente.

Além disso, a remessa de lucros e dividendos e o pagamento de juros aos credores externos cresceu bastante nos últimos anos, conseqüência natural da maior participação do capital externo no sistema produtivo nacional e do aumento recente do endividamento externo. Dado o grau de rigidez dessas rubricas do balanço de pagamentos, o conseqüente déficit na Conta de Serviços terá de ser contrabalançado pela geração de megasuperávits comerciais e/ou pelas vias do financiamento externo e do Investimento Direto Estrangeiro. Embora o crédito externo à atividade exportadora já tenha sido praticamente restabelecido nos níveis observados no período pré-crise cambial, a oferta de financiamento externo nas demais modalidades, de um modo geral, encontra-se bem abaixo daquela observada no período anterior às crises da Ásia e da Rússia. Por fim, a conclusão do processo de privatizações significará um canal a menos para o influxo de recursos na rubrica Investimento Direto Estrangeiro. Desse modo, o aumento expressivo dos superávits comerciais requerido para equilibrar o Balanço de Pagamentos pode inviabilizar a retomada do crescimento econômico, visto que torna necessária a adoção de políticas fiscal e monetária restritivas. A intensidade de políticas de contenção da demanda agregada seria inversamente proporcional aos volumes de

financiamento externo e do Investimento Direto Estrangeiro. Sem o ajuste fiscal do setor público uma política monetária apertada pode ser a única alternativa de curto prazo para evitar nova crise cambial, pressionando as taxas de juros e inviabilizando a estabilização da relação dívida pública/PIB.

Estas dificuldades podem ser contornadas com o crescimento econômico liderado pelas exportações. Contudo, a desvalorização cambial não tem sido, até o momento, suficiente para impulsionar as exportações. Conforme desenvolvido adiante, vários fatores concorrem para esta situação. Sucintamente, há uma defasagem temporal de resposta das exportações à desvalorização da taxa de câmbio real. Ademais, as exportações brasileiras se caracterizam por se inserirem, em boa medida, nos mercados menos dinâmicos da economia mundial e naqueles marcados por fortes oscilações dos ciclos de preços. Recentemente, a queda nos preços de *commodities* internacionais comprometeu o desempenho das exportações do Brasil. Além disso, elas apresentam elevada sensibilidade em relação às variações da renda mundial, enquanto espera-se taxas módicas para o crescimento da economia mundial em 1999. Por fim, parcela não desprezível das exportações brasileiras de bens manufaturados, cujos mercados são os mais dinâmicos do comércio internacional, destina-se à América Latina, onde muitas economias encontram-se em crise e em processos recessivos.

Portanto, a curto prazo, além da desvalorização cambial, o comportamento futuro dos preços das *commodities* exportadas pelo Brasil, e da taxa de crescimento do comércio nos principais mercados externos onde o Brasil atua, serão elementos relevantes para o incremento das exportações. A médio prazo, esse objetivo pode ser alcançado com políticas de estímulo às exportações que visam ao *upgrade* da pauta exportadora brasileira. Essas políticas se relacionam com várias frentes. Entre essas, vale mencionar melhorias no sistema de financiamento à atividade exportadora, incentivos à P&D, redução de custos portuários e a reforma tributária.

I.2 – Atividade Econômica na Indústria

O cenário macroeconômico descrito, de forte retração da demanda e alta dos juros no primeiro trimestre, seguido por uma relativa melhora no segundo trimestre do ano, afetou negativamente a atividade industrial. Dadas as defasagens entre a redução de juros e a retomada do crescimento da demanda interna, o primeiro semestre do ano foi marcado pela continuidade da retração econômica do ano de 1998. Isso refletiu-se no nível de utilização da capacidade ociosa na indústria de transformação que, segundo dados da FGV, caiu de uma média de quase 82% em 1998, para uma média de menos de 80% no primeiro semestre deste ano.

Entre os setores que apresentaram maior contração no período (ver tabela V.1 – Anexo Estatístico) estão o de material elétrico e de comunicação, o de material de transporte e as indústrias mecânica e de fumo. Este último gênero industrial chegou a contrair-se em 31% no primeiro trimestre, em relação ao mesmo período de 1998. Foram também significativamente negativos os desempenhos da indústria de matérias plásticas de metalurgia e de couros e peles.

O desempenho do setor de material de transporte, em particular, esteve relacionado à fraca demanda por veículos, apesar da continuidade dos acordos automotivos que reduziram temporariamente a incidência de impostos (o IPI federal e o ICMS, em alguns estados) sobre os automóveis de passeio. No período entre janeiro e maio houve uma queda das vendas de automóveis de 24,5% em relação ao mesmo período de 1998. Já a venda de veículos comerciais leves apresentou retração de quase 42%, enquanto a de caminhões contraiu-se em cerca de 20% no período.

O setor têxtil apresenta uma ligeira recuperação, se bem que em ritmo declinante, desde o último trimestre de 1998. As indústrias de produtos alimentares e de bebidas obtiveram também um desempenho positivo no segundo trimestre, apesar desta última apresentar resultados negativos no acumulado do ano.

Acompanhando a tendência já apresentada em 1998, os gêneros da indústria farmacêutica e de perfumaria, sabões e velas continuaram em processo de expansão, seguidos também da recuperação da indústria de papel e papelão.

Para o segundo semestre, há a perspectiva de uma ligeira retomada da atividade industrial. Caso as pressões internacionais, como ressaltado inicialmente, não acarretem uma reversão da tendência de declínio das taxas nominais internas de juro, a recuperação da demanda poderá estimular a produção industrial. Esse cenário tem alimentado expectativas de que a economia como um todo feche o ano com crescimento próximo de zero, ante às expectativas de recessão do início do ano.

I.3 – Preços Industriais

Dois fatos relevantes marcaram presença no último quadrimestre em relação ao comportamento dos preços. Primeiro, o estabelecimento de metas inflacionárias pelo governo. Segundo, o reajuste das principais tarifas públicas.

O decreto nº 3.088, de 21 de junho de 1999, estabeleceu a sistemática de metas para a inflação como diretriz a ser seguida pelo Banco Central na condução da política monetária. O decreto estabelece também que caberá ao CMN (Conselho Monetário Nacional) a determinação da meta inflacionária e seus intervalos de tolerância para os anos de 1999, 2000 e 2001 até 30 de junho de 1999; e para os

anos de 2002 e seguintes, até 30 de junho de cada segundo ano imediatamente anterior. A meta será considerada cumprida quando a variação acumulada da inflação situar-se na faixa do respectivo intervalo de confiança. Caso a meta não seja cumprida, o presidente do Banco Central divulgará publicamente as razões do ocorrido, por meio de carta aberta ao Ministro de Estado da Fazenda, que deverá conter a descrição detalhada das causas do ocorrido, as providências para assegurar o retorno da inflação aos limites estabelecidos e o prazo no qual espera que as providências produzam efeito. Além disso, o Banco Central divulgará, até o último dia de cada trimestre civil, Relatório de Inflação, abordando o desempenho do regime de “metas para a inflação”, os resultados das decisões passadas de política monetária e a avaliação prospectiva da inflação. É importante frisar que, uma vez estabelecidas as metas, elas não serão alteradas – mesmo em face de um choque externo (como as crises russa e asiática) ou interno (como problemas na área fiscal).

No dia 30 de junho, o CMN estabeleceu uma meta de 8% para a inflação em 1999, com intervalo de 2 pontos percentuais para cima e para baixo. Estabeleceu-se ainda que a meta para 2000 será de 6%, e para 2001 de 4%, com o mesmo intervalo de confiança de 1999. O índice escolhido para monitoramento das metas foi o IPCA do IBGE.

Com o estabelecimento do sistema de metas inflacionárias, o governo busca uma nova âncora nominal para a economia brasileira, após a mudança do regime cambial em janeiro de 1999. Essa âncora monetária, via metas inflacionárias, tem sido buscada por países sem grande tradição no controle de agregados monetários pelo Banco Central, como a Inglaterra – ao contrário do Japão e dos EUA.

O instrumento principal a ser usado pelo Banco Central é a taxa de juros primária de curto prazo. Os demais instrumentos, como normas sobre crédito e depósitos compulsórios terão um comportamento secundário e de apoio. A taxa de juros é, por um lado, um importante item de custo para os bens *tradables* (como capital de giro), além de influenciar a capacidade de repasse de custos pelo nível de demanda. Por outro lado, ela afeta a renda agregada, importante definidor do esforço de busca para a clientela dos bens *non-tradables*.

O Banco Central, a partir de fins de março e início de abril, tem sinalizado um viés de baixa para as taxas de juros. Frente às dúvidas do mercado de que seria possível manter tal viés em um contexto de provável aumento de juros nos EUA e na União Européia, o presidente do Banco Central frisou que as metas inflacionárias já incluem tal expectativa.

Tendo em vista a atual taxa de juros primária, a taxa de juros de capital de giro tem apresentado resistência à baixa. Só a partir de junho seu patamar vem sendo significativamente reduzido. Esse comportamento parece indicar que o sistema financeiro

ainda não acomodou suas posições de risco em nível suficiente para provocar uma redução significativa da taxa de juros de capital de giro.

O segundo aspecto a ser ressaltado é o dos reajustes de tarifas públicas e de combustíveis. Esses reajustes revelam uma estratégia da política econômica para o segundo trimestre: uma desvalorização adicional do câmbio, quedas menores nas taxas de juros e elevação de tarifas. O objetivo é, com a desvalorização cambial, incentivar as exportações (o que reduziria o desemprego), usando quedas mais lentas da taxa de juros para conter o impacto inflacionário da desvalorização. O reajuste de tarifas públicas e combustíveis não contradiz essa estratégia, pois se considera que o impacto maior da desvalorização cambial de janeiro já tenha sido dissipado. Ademais, um patamar mais elevado de inflação traz benefícios fiscais, seja pelo imposto inflacionário, seja no preço mais alto de combustíveis, que remuneram o PPE (Parcela de Preço Específico), uma conta através da qual a PETROBRÁS transfere diretamente ao Tesouro Nacional uma parte dos preços cobrados dos consumidores. Os reajustes praticados devem resultar em R\$ 55 milhões mensais de acréscimo mensal ao saldo do PPE.

Analisando a evolução dos *mark-ups* desde o segundo semestre de 1998 até maio de 1999, notam-se algumas características comuns (ver tabela V.2 – Anexo Estatístico). Parece não haver um comportamento específico de cada estrutura de mercado. A maioria dos setores apresenta redução de *mark-ups* com a elevação das taxas de juros após a crise russa, acompanhada pela redução do nível de atividade. De fato, o grau de utilização da indústria de transformação caiu abaixo de 80% no início do ano de 1999. As taxas de juros altas até março do mesmo ano aumentaram os custos de capital de giro e de carregamento de estoques, ao tempo em que mantiveram a demanda desaquecida. Nesse contexto ocorre a flexibilização do câmbio em janeiro e fevereiro. A maioria das empresas, contudo, não conseguiu resguardar seus níveis de *mark-up* no curtíssimo prazo. Apesar da descompressão concorrencial que a desvalorização cambial significa, persiste nas empresas dificuldades de liquidez (devido a taxas de juros internas muito elevadas e à redução do crédito externo) que as obrigam de imediato a serem mais cautelosas com os reajustes de margens, uma vez que estes representariam redução de vendas (já desaquecidas) e um elemento adicional de incerteza no equilíbrio interfirmas. Passados os momentos mais críticos da desvalorização cambial, a maioria dos setores tendem a reajustar seus *mark-ups* positivamente a partir de março. Em maio, a maioria dos setores já apresentava *mark-ups* semelhantes aos de outubro de 1998. Em síntese, ocorre uma tendência gradual de redução de *mark-ups* do início do quarto trimestre de 1998 até fevereiro de 1999; a partir daí, as margens são rapidamente recompostas, e em maio já observamos uma tendência de reajustes menores, recuperado o nível de margens de setem-

bro/outubro de 1998. Há algumas exceções a esse comportamento, como o setor de extrativa mineral (setor mais voltado para o mercado externo e, portanto, muito favorecido com a desvalorização cambial) e os alimentos (pressionados pela queda do preço das *commodities* agrícolas e pela excelente safra desse ano).

I.4 – Balança Comercial

O déficit comercial acumulado nos sete primeiros meses de 1999 foi de US\$ 525 milhões. Este resultado, favorável em relação ao saldo comercial negativo de US\$ 2,3 bilhões observado entre janeiro e julho de 1998, decorreu da queda de 14,4% do valor exportado paralelamente à retração das importações em 18,4%, em relação a igual período do ano passado.

Não obstante a maxidesvalorização da taxa de câmbio real no início deste ano, o quantum exportado reduziu-se em 1,2% nesse período, dificultando o alcance da meta acordada com o FMI: superávit comercial da ordem de US\$ 4 bilhões para 1999. Recentemente esta meta foi revista e alterada para US\$ 2,5 bilhões. Vários fatores com naturezas distintas e efeitos diferenciados sobre as exportações explicam sua trajetória no primeiro semestre deste ano. Há uma defasagem de tempo natural entre os estímulos à exportação de uma desvalorização cambial nas dimensões daquela verificada no Brasil nos primeiros meses de 1999 e o efetivo embarque das mercadorias e serviços exportados. Isto decorre do tempo requerido para se mobilizar fatores de produção visando atender o mercado externo, negociar contratos, reativar canais de comercialização no exterior, etc. Verificaram-se, também, fatores relacionados às condições nas quais se deu a desvalorização cambial no Brasil. Via de regra, após uma desvalorização da taxa de câmbio decorrente de um ataque especulativo contra a moeda nacional, segue um período de grande incerteza quanto às oscilações e aos novos níveis de equilíbrio das variáveis macroeconômicas, e verifica-se um *overshooting* da taxa de câmbio. A expectativa de uma desvalorização da taxa de câmbio superior àquela necessária para se obter seu novo patamar de equilíbrio acarreta, num primeiro momento, um comportamento dos exportadores de cunho especulativo. Estes passam a protelar o fechamento de seus contratos visto que esperam novas desvalorizações cambiais. Uma vez que há uma defasagem temporal entre o fechamento dos contratos de exportação e o efetivo embarque das mercadorias exportadas, era de se esperar um efeito negativo sobre o volume exportado nos meses seguintes à desvalorização da taxa de câmbio. Paralelamente, após essa desvalorização os bancos internacionais reduziram as linhas de crédito de curto prazo para o financiamento do comércio exterior brasileiro visando diminuir seus níveis de exposição no país. Este movimento traduziu-se na retração do volume de crédito disponível para realizar o *funding* das operações de

ACC e ACE. A contração das linhas de créditos comerciais de curto prazo comprometeu a reação exportadora ao novo quadro de preços relativos, contribuindo para retardar a reação das exportações. De igual maneira, este cenário de contração do crédito externo de curto prazo impôs pressão adicional sobre o mercado de divisas, alimentando o *overshooting* da taxa cambial e as incertezas dos agentes econômicos.

Outros fatores também concorreram para o fraco desempenho das exportações nos primeiros sete meses do ano. Em função da estrutura da pauta exportadora do Brasil, suas exportações são particularmente sensíveis às oscilações da renda mundial e aos recorrentes ciclos de preços que marcam os mercados de *commodities*. Na frente externa, verificou-se a queda dos preços de várias *commodities* exportadas pelo Brasil, um fraco desempenho do comércio mundial e do nível de atividade econômica dos principais parceiros comerciais do país, além do acirramento do protecionismo internacional. Neste último caso, o próprio ganho de competitividade das exportações brasileiras advindo da desvalorização da taxa de câmbio estimulou a adoção de medidas nos países importadores visando à sua neutralização. Citem-se a sobretaxa aplicada em fevereiro último sobre o aço brasileiro exportado para os Estados Unidos, estabelecida via medida de *anti-dumping* e as reações da Argentina ao incremento das exportações brasileiras de calçados, têxteis, etc. No âmbito interno, observa-se a presença de fatores que afetaram negativamente o desempenho das exportações nos últimos meses. Neste caso, mencionem-se a ausência de mecanismos adequados de financiamento às atividades exportadoras, e fatores vinculados às políticas de ajuste fiscal do setor público, cuja ênfase tem recaído sobre os impostos que incidem em cascata, gerando distorções e ineficiência no sistema produtivo. No primeiro semestre de 1999 verificaram-se elevações das alíquotas da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) – de 2 para 3% –, e da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) – de 8 para 12% – e a eliminação do incentivo às exportações previsto em lei, por intermédio do reembolso da COFINS e do PIS-PASEP (pagos em operações anteriores na cadeia produtiva) por meio de créditos presumidos do Imposto sobre Produtos Industrializados até dezembro de 1999 (sobre as características e deficiências das medidas recentes de ajuste das contas públicas, ver Tópicos Especiais: *Reforma Tributária, Ajuste Fiscal e Competitividade*)

Alguns dos óbices ao incremento das exportações verificados no início do ano – o comportamento especulativo dos exportadores e a retração das linhas externas de crédito à atividade exportadora – não estarão presentes no segundo semestre. A taxa de câmbio já apresenta um relativo equilíbrio, enquanto os financiamentos à exportação voltaram em julho a volumes próximos ao da média mensal do ano passado. Contudo, a permanência no segundo

semestre de 1999 dos demais fatores supracitados, inclusive a recessão econômica nos principais mercados da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração), importadores de bens industrializados brasileiros, pode comprometer o crescimento das exportações no segundo semestre deste ano. De acordo com projeções feitas pelo IPEA/Diretoria de Macroeconomia, até o final de 1999 as exportações devem reagir à desvalorização cambial, fechando o ano em torno de US\$ 52 bilhões, ou seja, com crescimento anual da ordem de 1,7%, e alcançando um total de US\$ 58 bilhões no ano 2000. De qualquer maneira, o saldo comercial em 1999 será determinado, em boa medida, pelo comportamento das importações, sensíveis à variação da taxa de câmbio real e às oscilações da renda doméstica.

A desvalorização do câmbio tornou competitiva parcela do estoque de capital da economia que se encontrava ociosa no período pré-desvalorização. Dessa forma, é esperado um movimento de substituição de importações na indústria que deve ser deflagrado a partir da retomada do crescimento da economia. A substituição de importações apresentará efeitos positivos sobre a balança comercial, e deve se verificar por toda a indústria de um modo geral, à exceção dos segmentos industriais que encontram restrição interna de acesso à tecnologia de ponta (telecomunicações e química fina, por exemplo) e aqueles que exigem grandes escalas de produção (como os automóveis topo de linha). Todavia, enquanto permanecer o quadro de estagnação da renda nacional, este processo ficará bastante contido, razão pela qual a estrutura da pauta de importações não apresentou alterações significativas nos primeiros cinco meses do ano (ver tabela A).

Tabela A – Participação das Importações Setoriais no Total Importado

Setores	jan/mai 95	jan/mai 96	jan/mai 97	Jan/mai 98	jan/mai 99
Agropecuária	3,02	4,21	2,19	2,21	2,09
Extrativa Mineral	1,20	1,34	0,91	0,85	0,91
Petróleo e Carvão	6,95	7,42	6,84	5,43	4,54
Minerais não Metálicos	0,82	1,20	1,07	0,93	0,89
Siderurgia	1,10	1,04	1,16	1,49	1,32
Metalurgia não Ferrosos	2,54	2,10	2,08	2,21	2,05
Outros Prod. Metalúrgicos	1,20	1,62	2,06	2,35	1,75
Máquinas e Tratores	9,60	12,15	12,94	12,97	14,50
Material Elétrico	3,56	3,95	4,71	4,57	5,41
Equipamentos Eletrônicos	9,80	10,06	11,47	10,17	11,52
Veículos Automotores	10,79	3,21	5,11	6,52	4,08
Peças e Outros Veículos	6,23	6,81	7,88	8,76	8,73
Madeira e Mobiliário	0,29	0,36	0,46	0,51	0,40
Celulose, Papel e Gráfica	2,20	2,95	2,37	2,38	2,14
Borracha	1,34	1,29	1,21	1,37	1,23
Elementos Químicos	5,93	5,80	5,05	5,35	5,53
Refino de Petróleo	9,18	10,39	10,08	9,26	9,32
Químicos Diversos	3,38	3,29	3,31	3,70	4,18
Farmacêutica e Perfumaria	2,50	3,18	2,87	3,29	4,78
Plástica	0,45	0,59	0,66	0,64	0,67
Têxtil	3,97	2,85	2,87	2,54	2,16
Artigos de Vestuário	0,53	0,53	0,57	0,58	0,41
Calçados	0,83	0,78	0,73	0,50	0,48
Benefic. Prod. Vegetais	3,28	2,83	2,72	2,76	2,85
Abate de Animais	0,61	0,43	0,54	0,47	0,35
Laticínios	1,19	0,86	0,81	0,86	0,89
Óleos Vegetais	0,68	0,65	0,61	0,78	0,48
Outros Prod. Alimentares	2,63	3,17	2,62	2,34	2,19
Indústrias diversas	4,20	4,92	4,10	4,19	4,14
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: FUNCEX. Elaboração: IPEA/DISET.

II – Medidas de Política

II.1 – Políticas de Comércio Exterior

Facilitado o Regime de *Drawback*. Por intermédio da Portaria nº 4, de 07/06/99 e da Portaria nº 7, de 23/06/99, a Secretaria de Comércio Exterior do MDIC facilitou as operações de *drawback* no país. Os Atos Concessórios de *Drawback* consistem na importação, com incentivos fiscais, de bens intermediários, componentes ou insumos necessários à exportação subsequente de produtos acabados. A Portaria nº 4 estende de 30 para 180 dias o prazo para a comprovação do embarque das exportações realizadas pelo regime. A Portaria nº 7 estabelece que os Registros Simplificados de Exportação (RES) poderão ser utilizados na comprovação de exportações vinculadas ao *drawback* que não excedam o valor de US\$ 120 mil ao ano.

Registro de Alimentos Importados. A Lei nº 9.782, de 26/01/99, que criou a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, revogou o artigo 58 do Decreto-Lei nº 986, de 21/10/69, estabelecendo com isso a necessidade de registro de alimentos importados na embalagem original. A medida homogeneiza as regras para a inspeção de produtos no país, passando os alimentos importados a obedecer os mesmos trâmites previstos para os alimentos produzidos nacionalmente. A regulamentação dessa nova exigência, a ser publicada, estabelecerá as taxas de registro a serem aplicadas aos alimentos importados. Os produtos nacionais são submetidos a um registro por produto e empresas importadoras alegam que a adoção dessa regra encareceria, podendo até mesmo inviabilizar a importação de produtos que são ofertados em pequenas quantidades.

II.2 – Políticas de Financiamento e Incentivos

Ajustes no PROEX. No primeiro semestre de 1999, alguns ajustes foram realizados no Programa de Financiamento às Exportações (PROEX), com a intenção de adequar os recursos disponíveis (reduzidos em decorrência da desvalorização cambial e de cortes orçamentários) à demanda por financiamento. Além disso, observou-se a mudança na composição do destino de recursos, com um aumento dos financiamentos diretos em detrimento da liberação de recursos para a equalização dos juros.

O país suspendeu as linhas de financiamento para veículos exportados para o MERCOSUL, atendendo a apelos da Argentina. É interessante observar que esta última medida, embora reduza o espectro de produtos passíveis de financiamento pelo PROEX, foi tomada com a intenção de compensar o parceiro comercial em decorrência da desvalorização cambial.

O perfil do programa também sofreu alterações conjunturais em decorrência da retração das linhas de financiamento de curto prazo e conseqüente escassez dos recursos disponíveis. Diante desse quadro, os recursos destinados à equalização pelo Banco do Brasil no segundo trimestre no âmbito do PROEX foram da ordem de R\$ 166 milhões, enquanto R\$ 65 milhões foram utilizados para o financiamento direto às exportações.

BNDES Altera Limite de Cobertura dos Financiamentos de Máquinas e Equipamentos. O BNDES aumentou de 60 para 80% a cobertura dos financiamentos disponibilizados pela Agência FINAME na compra de máquinas e equipamentos por empresas brasileiras. Em decorrência do novo limite existe uma expectativa de crescimento de 10% dos financiamentos, o que deve corresponder a um montante global de aproximadamente R\$ 3 bilhões no segundo quadrimestre. Com esta medida, estima-se que R\$ 8,8 bilhões serão destinados ao FINAME, o que equivale a mais de 40% do orçamento do sistema BNDES para 1999.

Incentivos Fiscais para Empresas Montadoras Sediadas no Norte, Nordeste e Centro-Oeste – os desdobramentos do Caso Ford. A implantação da montadora de automóveis Ford na Bahia passou por uma série de negociações junto ao governo federal, que culminou na Lei nº 9.826/99, com validade até 31 de dezembro de 2010.

Essa lei prevê que os fabricantes dos produtos classificados nas posições 8702 a 8704 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI (veículos automóveis para transporte de 10 pessoas ou mais; automóveis de passageiros e outros veículos automóveis concebidos para transporte de pessoas, incluídos os de uso misto e os automóveis de corrida e veículos automóveis para transporte de mercadorias) –, instalados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (exceto Distrito Federal), terão direito a crédito presumido referente a 32% do IPI, que será deduzido na apuração desse imposto. Estimativas da Receita Federal indicam que a isenção anual concedida à nova planta da Ford na Bahia situar-se-á no patamar de R\$ 180 milhões anuais, válidos por 10 anos. O setor privado informou que serão gerados aproximadamente 5000 empregos diretos e indiretos em virtude do projeto. Essas informações sugerem, em uma primeira aproximação, um custo fiscal para o Tesouro Nacional de cerca de R\$360 mil por emprego criado.

A lei supõe que somente farão jus a este benefício as empresas que apresentarem seus projetos até 31 de outubro de 1999, e que estes deverão passar pelo crivo dos Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Paralelamente, esta lei supõe que o empreendimento tem um prazo de 42 meses para a sua instalação e proíbe a transferência de empresas já instaladas para as regiões incentivadas.

Em decorrência das condições impostas (prazo de vigência e exigências) e das peculiaridades do setor, os benefícios propostos pela lei provavelmente ficarão restritos à montadora Ford.

Ajustes no Fundo de Aval. O Fundo de Garantia para a Promoção da Competitividade (FGPC), criado por iniciativa do governo em abril de 1988, com recursos do Tesouro e administrado pelo BNDES, visa destravar o acesso ao crédito para micro, pequenas e médias empresas (estas somente se forem exportadoras) sem condições de empenhar garantias reais para seus empréstimos. Ele neutraliza parte do risco de crédito das instituições que concedem financiamentos para micro, pequenas e médias empresas. O BNDES anunciou, em 12/7/99, ajustes nas normas de funcionamento do fundo. Estes ajustes objetivam incentivar o seu uso, que registrou um pequeno número de operações em virtude da baixa atratividade percebida pelos intermediários financeiros. De acordo com as novas regras, o *spread* máximo dos intermediários passou de 2,5 para 4% anuais. Contudo, foram ampliados os limites de cobertura das operações. Os recursos do fundo cobrem percentuais de 50% a 80% dos financiamentos (o que depende da modalidade do empréstimo, da localização da empresa e de seu porte). Pelas novas regras de enquadramento as microempresas devem possuir faturamento anual de até R\$ 700 mil, as pequenas entre R\$ 700 mil e R\$ 6.124 milhões e as médias entre R\$ 6.124 e R\$ 35 milhões.

O fundo de aval permite que as instituições financeiras dispensem, a seu critério, as micro e pequenas empresas de garantias de até R\$ 500 mil, nos empréstimos concedidos no âmbito das linhas de financiamento do BNDES, BNDES Automático, FINAME, BNDES-EXIM e FINEM.

Ajustes no Fundo de Aval SEBRAE. O SEBRAE anunciou em 8/07/99 a ampliação de seu fundo de aval para pequenas e médias empresas, que passou a cobrir os financiamentos às atividades de exportação na modalidade pré-embarque, via BNDES-EXIM. A cobertura do fundo será de 80% do valor da operação, limitada ao máximo de R\$ 300 mil. (O BNDES-Exim disponibilizou recursos da ordem de R\$ 200 milhões para empréstimos com o fundo de aval). Sobre os empréstimos incidirá a taxa LIBOR, mais um *spread* de 5% ao ano. O repasse será feito por dez instituições financeiras, entre as quais se destaca o Banco do Brasil. O objetivo desse fundo é reduzir o risco de empréstimos às empresas de pequeno e médio porte, facilitando seu acesso a financiamentos à exportação. Empresas com faturamento acima de R\$ 6 milhões deverão recorrer ao FGPC.

Consórcios de Exportação. A Agência de Promoção às Exportações – APEX – criou a figura dos consórcios de exportação, segundo a qual empresas de pequeno porte mantêm a sua individualidade no mercado doméstico e atuam de forma cooperativa na busca de oportunidades de exportação. Dessa

maneira, essas empresas garantem algumas condições necessárias para disputar mercados no exterior, uma vez que essa iniciativa abre espaço à redução de custos logísticos e ao aumento da eficiência operacional, além de facilitar o seu acesso à prestação de serviços junto a organismos oficiais. O projeto de consórcios de exportação prevê financiamento pela APEX de até 50% dos custos previstos para a formação do consórcio.

BNDES-Exim Financiará Pequenos e Médios Exportadores que Operam Via Tradings. BNDES-Exim, atendendo a demandas do mercado, financiará empresas exportadoras de pequeno e médio porte por intermédio das *tradings*. Os recursos, no entanto, não passarão pelas *tradings* (que desta forma não absorverão um *spread* de intermediação, encarecendo o custo final dos fundos), responsáveis pela logística da exportação, devendo ser diretamente entregues às produtoras.

A solicitação de recursos por pequenas e médias empresas, com exportações vinculadas a uma *trading*, será a juros menores do que aqueles cobrados individualmente, pois o consórcio promove a diluição do risco da operação.

II.3 – Políticas de Defesa da Concorrência

Fusão da Brahma e da Antarctica. O CADE suspendeu a fusão da Brahma e da Antarctica, proibindo-as de realizar qualquer ato que modifique a estrutura do mercado de bebidas, até o parecer final do caso, em trâmite no órgão. A fusão das cervejarias na Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV), anunciada em julho, poderá acarretar a concentração de cerca de 75% do mercado de cervejas e de 40% no mercado de bebidas em geral. O CADE tem recebido diversas manifestações contrárias à fusão, sobretudo de sindicatos de trabalhadores e empresas concorrentes, e não tem data limite para concluir seu parecer (A respeito da fusão das cervejarias, ver Tópicos Especiais: *A megafusão Brahma-Antarctica*).

CADE Aprova a Aquisição da Liquid Carbonic pela White Martins. O CADE aprovou a compra da Liquid Carbonic pela White Martins – aquisição que ocorreu em 1996, concentrando mais de 90% do mercado de gases industriais –, mas impôs algumas condições para a atuação da empresa. Segundo a decisão do CADE, a White Martins não poderá participar de disputas por fontes de gás carbônico na região Sudeste e no Paraná nos próximos seis anos, deverá colocar sua capacidade de produção ociosa à disposição de concorrentes, e não poderá fechar contratos de exclusividade com seus distribuidores. O grupo Hoescht, um dos maiores concorrentes da White Martins, reclamou que o CADE deveria ter obrigado a empresa a vender algumas fontes de gás, como fizeram os órgãos antitruste dos EUA no caso da Praxair, controladora da WM. A White

Martins anunciou que vai pedir a revisão das condições impostas alegando, sobretudo, que durante os quase quatro anos que durou o julgamento do caso houve entrada de novos concorrentes e a participação da empresa caiu para 56% do mercado de gases industriais.

II.4 – Políticas de Infra-Estrutura e Regulação

Supremo Garante Cobrança da COFINS. Vitória de governo no Supremo Tribunal Federal (STF) assegurou o direito de cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) às empresas de telecomunicações, energia elétrica, mineração, combustíveis e derivados de petróleo. A decisão renderá anualmente mais de R\$ 4 bilhões à União, segundo cálculos atualizados da Fazenda. A partir de agora todas as empresas desses cinco setores pagarão 3% sobre a receita bruta. O governo também tem direito a receber R\$ 35,6 bilhões de COFINS vencidos entre janeiro de 1989 e dezembro próximo, sendo que R\$ 800 milhões já se encontram na forma de depósitos judiciais. Antes, porém, o governo terá que cassar as centenas de liminares que impedem a cobrança e fazer acordos de parcelamento para evitar a demora no recebimento da COFINS.

ANATEL Determina Ressarcimento dos Usuários. As concessionárias de telefonia fixa e celular terão de devolver entre R\$ 15 milhões e R\$ 18 milhões aos clientes na forma de crédito nas contas telefônicas. A decisão pelo ressarcimento aos usuários foi determinada pela ANATEL no dia 15/07/99, para todas as chamadas completadas entre a zero hora do dia três de julho até 24 horas do dia seis de julho, inclusive as chamadas a cobrar. Esses usuários deverão receber créditos na conta telefônica, que variam de 100% a 50% do valor correspondente ao tempo e duração da chamada.

Aprovado o Plano Decenal de Expansão (PDE) 1999/2008. A Portaria nº 151, de 10/05/99, aprovou o PDE 1999/2008 do Setor Elétrico, como planejamento indicativo de expansão de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Nesse período, a previsão de crescimento do consumo total das concessionárias para todo o país adotado como referência é de 4,7% ao ano. A capacidade instalada deverá crescer de 61.300 MW para 104.600 MW. A participação termelétrica crescerá de 8,6% para 19% no período. Serão instalados cerca de 50 mil km de linhas de transmissão em todo o país e cerca de 96 mil MVA em subestações. Este reforço exigirá, nos primeiros cinco anos, investimentos totais da ordem de R\$ 8,5 bilhões por ano.

CCPE Assume o Planejamento da Expansão do Sistema Elétrico. A Portaria nº 150, de 10/05/99, criou o Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos – CCPE –, para assumir a coordenação da elaboração do planeja-

mento da expansão dos sistemas elétricos brasileiros, até então de responsabilidade da ELETROBRÁS, com base nos estudos e recomendações do Grupo Coordenador do Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS). Assim como o GCPS, o Comitê contará com a participação das empresas, mas será presidido pelo Secretário de Energia. O planejamento da expansão da transmissão terá caráter determinativo no que se refere às obras consideradas por este Comitê como inadiáveis, para garantia das condições de atendimento do mercado, constituindo estas obras o Programa Determinativo da Transmissão, cujas diretrizes a serem observadas devem ser apresentadas ao Ministro de Minas e Energia pela SEN/MME, ELETROBRÁS e ANEEL, no prazo de 180 dias. A elaboração do PDE 2000/2009 para o ciclo anual será ainda de responsabilidade do GCPS, acompanhada e avaliada por um Comitê Supervisor, que reúne a SEN/MME, ELETROBRÁS e ANEEL.

Aumento das Tarifas de Energia Elétrica. A ANEEL autorizou em 10/06/99 a revisão tarifária de 73 concessionárias de geração, transmissão e distribuição. O aumento médio de 11,32%, parcelado em três etapas, foi resultado do impacto produzido pela desvalorização cambial sobre as compras provenientes de Itaipu (cujas tarifas são fixadas em dólares norte-americanos e pagas em reais), crescimento de encargos setoriais (Reserva Global de Reversão – RGR – e Conta Consumo de Combustível – CCC) e o reposicionamento das tarifas de suprimento (geração e transmissão). O reajuste médio na região Sul é de 10,56%; no Sudeste, 12,65%; no Centro-Oeste, 12,44%; no Nordeste, 7,08%; e no Norte, 5,97%. As regiões Nordeste e Norte tiveram parcelas menores por não utilizarem a energia gerada pela Itaipu Binacional. Esses valores foram autorizados em obediência às cláusulas de revisão tarifária dos contratos de concessão firmados entre a ANEEL e as empresas. Para as concessionárias que ainda não têm contrato, o reposicionamento está sendo feito por autorização dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia, concedida pela Portaria Interministerial MME/MF nº121, de 08/06/99.

O aumento das tarifas despertou a reação da ABRACE, associação que reúne os grandes consumidores de energia. Embora o reajuste corrija uma defasagem de preço que cresceu cerca de 35% durante o Plano Real, a elevação do custo de energia elétrica afeta a lucratividade das empresas e a capacidade de competição do produto nacional. Já se espera uma queda de competitividade internacional de alumínio, aço, refratários e gases industriais brasileiros, que são produtos intensivos em energia.

A Portaria também autorizou a ANEEL a fazer a revisão das tarifas de suprimento, sem reajuste desde abril de 1997. As geradoras e transmissoras foram beneficiadas com aumento de 15%. Na geração, a

ANEEL atendeu à CESP, Furnas, ELETRONORTE e CHESF. Na transmissão, a Furnas, CHESF e ELETRONORTE. Na ELETROSUL, o segmento de transmissão, ainda controlado pela ELETROBRÁS, não recebeu aumento, pois já assinou contrato de concessão com a ANEEL e as suas tarifas estão por enquanto corretas. A diretoria da ANEEL desmentiu que o reajuste tenha tido o objetivo de ajustar as tarifas às exigências do FMI.

Aumento das Tarifas de Telecomunicações. No dia 22/06/99 os serviços telefônicos sofreram um reajuste médio de 6,57%. Este foi o reajuste homologado pela Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL –, consideradas as regras fixadas nos contratos de concessão, que dão direito às concessionárias de obter reajustes de suas tarifas com base na variação da taxa de inflação, medida pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, que no período de abril de 1998 a maio de 1999 foi de 7,99%. O primeiro reajuste desde o dia 01/04/97 representa o ponto de partida para o início da competição no mercado de telefonia, tendo em vista que, pela primeira vez, as 32 operadoras de telefonia fixa puderam definir reajustes diferenciados, de acordo com a estratégia empresarial e respeitado o limite do reajuste médio definido pela Agência. As propostas apresentadas pelas empresas revelaram uma tendência de reestruturação tarifária, com aumento da assinatura mensal (cobrada mensalmente, independente do consumo) e redução no valor da habilitação. Enquanto o reajuste das tarifas locais foi de 7,99%, na longa distância nacional o percentual foi de 5,46% e, na internacional, de 1,66%. A variação menor decorre de ganhos de produtividade incorporados (obrigatoriedade contratual) e da pressão da competição já existente entre as operadoras internacionais. Conforme determinam os contratos de concessão, no caso das chamadas de longa distância nacionais, as empresas devem diminuir o percentual da variação IGP-DI em 2%, e nas internacionais, em 5%. Nas ligações locais, as operadoras só devem incorporar 1% de índice de produtividade a partir de 2001.

Reajuste de Preços dos Combustíveis. Os preços dos combustíveis derivados de petróleo sofreram dois reajustes nos últimos meses. Em 25/06/99 o reajuste médio foi de 18% e em 07/08/99 a elevação dos preços (média ponderada) foi de 9%. No ano os aumentos acumulados chegam a 62,3%, incluído 1,5% decorrente do aumento da alíquota da COFINS. Ao longo do ano os Ministérios da Fazenda e Minas e Energia vêm procedendo a ajustes nos preços dos derivados de petróleo, em decorrência das variações cambiais e do aumento dos preços internacionais do petróleo (em torno de 100% neste ano) e de seus derivados.

Privatizada a Paranapanema, Empresa de Geração de Energia de São Paulo. A Paranapanema, uma das três empresas de geração que surgiram da

cisão da CESP em 03/99 e que responde por 4,9% de toda a energia consumida no país, teve seu controle acionário vendido no dia 28/07/99 à empresa norte-americana Duke Energy, que está entre as três maiores companhias de energia dos EUA. O valor pago, R\$ 1,239 bilhão, representa um ágio de 90,21% sobre o preço mínimo fixado pelo governo de São Paulo. Além da Duke Energy, apenas a belga Tractebel apresentou proposta. Um dos motivos apresentados para o reduzido número de participantes é a ausência de financiamento do BNDES, motivo alegado pelo grupo brasileiro VBC para sua desistência. Note-se que das seis estatais do setor de energia elétrica privatizadas em São Paulo, apenas a CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz) ficou integralmente nas mãos do capital nacional.

Ágio de 120% na Venda da COMGÁS. O consórcio Integral Holding, formado por British Gas (70%), Shell do Brasil (26%) e CPFL (4%), arrematou 62,69% do capital total da Companhia de Gás de São Paulo (COMGÁS) por US\$ 971,8 milhões, que acabou gerando ágio de 119,32%, com relação ao preço mínimo fixado pelo governo paulista, superando largamente as propostas dos concorrentes. O consórcio poderá pagar até R\$ 275 milhões do lance com debêntures emitidas pela Companhia Paulista de Ativos (CPA). A exigência para aceitação dos papéis da CPA é a de que a Companhia Energética de São Paulo (CESP), controladora da COMGÁS, possa utilizá-los plena e imediatamente pelo valor de face, o que animou o mercado secundário desses papéis. O consórcio vencedor apresentou um programa de investimentos de US\$ 200 milhões a serem aplicados na melhoria dos serviços e na extensão da rede de distribuição, entre 1999 e 2001. A perspectiva está relacionada à necessidade de expansão da rede básica da COMGÁS, o que implica o atendimento prioritário de grandes clientes industriais, que receberá cerca de 80% do volume total dos investimentos.

ANP Realiza Leilão para Concessão de Áreas de Exploração e Produção de Petróleo. O monopólio da PETROBRÁS foi definitivamente quebrado com a primeira rodada de licitações da Agência Nacional do Petróleo (ANP), encerrada no dia 16 de junho. Das vinte e sete áreas de exploração e produção disponibilizadas, doze foram arrematadas nos leilões e quinze não receberam propostas. O governo considerou que, mesmo assim, o processo licitatório foi bastante exitoso, porque gerou receita de R\$ 321,6 milhões e trouxe dez novos atores do setor para operarem no país. O leilão mostrou que a preferência dos investidores foi por blocos em águas profundas (*off-shore*), pois os das áreas em terra não receberam propostas. Nos blocos *off-shore* o ágio chegou a 11.205% em relação ao preço mínimo. O fato da PETROBRÁS ter participação na conquista de sete das doze áreas arrematadas foi considerado, por parte do mercado, como interesse, agressividade e competência da estatal brasileira. Os consórcios vencedores nos leilões se mobilizaram com rapidez e seus planos ambiciosos para

suas áreas de exploração e investimentos devem superar as expectativas. O consórcio formado pela BP, Esso, PETROBRÁS, Shell e British-Borneo pretende investir R\$ 100 milhões na primeira fase de exploração do bloco que adquiriu na foz do Amazonas, quando o compromisso é de investir R\$ 5 milhões. A PETROBRÁS já fechou vinte contratos de parceria para exploração e produção de petróleo, somando investimentos totais da ordem de US\$ 2,6 bilhões e negócios a serem fechados avaliados em US\$ 1,8 bilhão. A indústria de equipamentos e as empresas prestadoras de serviço da área de petróleo instaladas no país têm garantidos pelo menos 25% dos contratos (26,6% na fase de exploração e 28,3% na fase de desenvolvimento).

III – Fatos Relevantes

III.1 – Comércio Exterior

Decisão da OMC no Contencioso EMBRAER/Bombardier. Foi aprovado pelo Corpo de Apelação da Organização Mundial de Comércio (OMC) o relatório da comissão que analisou a disputa entre os governos do Brasil e do Canadá acerca das taxas de equalização de juros do PROEX concedidas à EMBRAER. O comitê de juizes concluiu que o Brasil não trouxe elementos suficientes para comprovar a tese, sustentada pelo país, de que os juros concedidos à EMBRAER no âmbito do programa são compatíveis com as taxas internacionais. Com isso passa a vigorar o prazo de 90 dias, a partir de 20/08, para que o PROEX seja modificado, eliminando-se os subsídios concedidos à empresa brasileira de aviação.

Fim das Licenças de Importação. O Tribunal Arbitral do MERCOSUL, último estágio do chamado Mecanismo de Solução de Controvérsias do bloco, analisou reclamações argentinas sobre a validade das licenças não-automáticas de importação (LI) e determinou a abolição desses instrumentos de controle dentro do bloco até o fim de 1999. A decisão é inapelável e motivou o governo brasileiro a substituir integralmente, nesse prazo, o sistema de LI pelo da valoração aduaneira, para todas as importações brasileiras – excetuando-se produtos agropecuários e de saúde que requeiram controles fitossanitários. O novo sistema consistirá na comparação do preço da importação com valores internacionais, evitando a ocorrência de *dumping* ou subfaturamento. A valoração não é considerada uma barreira comercial pois, ainda no caso de haver de discrepância entre aqueles valores, a importação pode ser realizada mediante pagamento de uma sobretaxa.

Acordo Tarifário entre Brasil e CAN. O Brasil e os países da Comunidade Andina (CAN) fecharam no princípio de julho um acordo de preferências tarifárias fixas, que substituirá acordos bilaterais vigentes entre o Brasil e os países da CAN isoladamente. As novas preferências, que cobrem um universo de três mil produtos, serão válidas por um ano e deverão ser substituídas por um acordo definitivo de livre-comércio. Estão previstos novos benefícios ao comércio regional, o que deve ampliar os fluxos atuais de intercâmbio na região.

Argentina Impõe Barreiras a Produtos Brasileiros. A Argentina decidiu, nos últimos meses, pela imposição de uma série de barreiras comerciais a produtos brasileiros. Produtos eletroeletrônicos passaram a ser submetidos a testes em laboratórios argentinos, para a obtenção de certificados de conformidade às normas locais. Foi feita também uma solicitação de autolimitação das exportações brasileiras de calçados, a qual acarretou um acordo entre produtores brasileiros e daquele país. Para o aço, foi aplicada uma medida de *antidumping* contra chapas laminadas a quente e a frio e os produtos têxteis também estão sendo submetidos à ameaça da imposição de quotas.

EUA Impõem Preço Mínimo ao Aço Brasileiro. Um acordo entre os produtores de aço brasileiros e o governo dos EUA limita a um piso de US\$ 327 o preço da tonelada de laminados a quente da indústria nacional. Estima-se que este preço, atualmente superior aos vigentes no mercado, inviabilize as exportações brasileiras até o próximo ano, quando se espera uma retomada dos preços a esse patamar. Adicionalmente, o país comprometeu-se a limitar o volume exportado a menos de 300 mil toneladas ao ano até o ano de 2004, ante às 400 mil toneladas exportadas em 1998.

Recuperação das Linhas de Financiamento às Exportações. Com a crise cambial do início do ano, as linhas comerciais e interbancárias de financiamento às exportações sofreram uma grande redução. Isso motivou um acordo entre o Banco Central e bancos internacionais para a manutenção de um nível mínimo das linhas de crédito. A partir do segundo trimestre, no entanto, houve uma recuperação parcial desse mercado, com aumento do crédito disponível para as exportações e também uma ampliação da parcela de importações financiadas. Apesar desse retomada, ocorreu uma concentração nos grandes bancos e uma redução dos prazos nos financiamentos, implicando diminuição do número de contratos e uma maior seletividade em relação aos exportadores médios. Com a redução do diferencial entre os juros interno e externo, adicionalmente, caíram os ganhos financeiros realizados pelos exportadores ao contratar Adiantamentos de Contrato de Câmbio. Conseqüentemente, caiu a demanda por esse tipo de financiamento.

III.2 – Infra-Estrutura e Regulação

ANATEL avalia desempenho das operadoras de telefonia fixa. No período compreendido entre dois e treze de agosto a ANATEL realizou reuniões gerenciais com as concessionárias do STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado –, para nova avaliação do desempenho das operadoras, em relação às metas previstas nos Protocolos de Compromisso firmados com a ANATEL no dia 03/06/98. Nas reuniões, foram avaliados os indicadores estabelecidos para universalização, qualidade dos serviços, atendimento à demanda e ao usuário, e tráfego telefônico, entre outros. Em junho, apenas uma – a CRT (que atende o RS) – das 34 empresas de telefonia fixa do país atingiu todas as 18 metas de qualidade dos serviços fixadas pelo governo para aquele mês. As outras 33 operadoras deixaram de cumprir metas em indicadores fundamentais, como número de solicitação de reparos (o que indica defeitos na rede) e de reclamação de contas erradas. Os dados constam de relatórios enviados à ANATEL pelas próprias empresas do setor. Constam ainda da pauta das reuniões a apresentação, pelas prestadoras, das ações programadas e desenvolvidas para atendimento às metas estabelecidas em cada Protocolo até dezembro de 1999. A partir de 31/12/99, passarão a vigorar os Contratos de Concessão e as metas de universalização e de qualidade na prestação dos serviços de telefonia fixa serão mais rigorosamente acompanhadas e fiscalizadas pela ANATEL.

Estréia do Novo DDD. A falta de coordenação técnica entre EMBRATEL e operadoras em torno do novo sistema de discagem direta à distância fez com que a estréia da competição na telefonia fixa de longa distância em 03/07/99 fosse marcada pela ineficiência na prestação dos serviços. Segundo balanço da ANATEL, no sábado e no domingo o índice de ligações completadas ficou em 21%, na segunda-feira subiu para 32%, só vindo a se normalizar uma semana depois, em 11/07/99. Os motivos apontados pelas operadoras para os problemas verificados envolvem sobrecarga no sistema, erros cometidos pelos consumidores, falhas técnicas verificadas nas centrais de comutação e a omissão da ANATEL na coordenação do processo. Embora a própria Agência tenha declarado que a falha foi a ausência de um planejamento detalhado, ela se exime das responsabilidades, afirmando que tal planejamento é de responsabilidade das operadoras.

Operadoras Podem Ser Multadas pela ANATEL. A ANATEL abriu processo sancionatório, em 27/07/99, contra a Embratel e a TELESP, por decumprimento de itens do contrato de concessão e pela degradação da qualidade do serviço prestado aos usuários durante a implantação do Código de Seleção de Prestadora de Longa Distância no sistema de telefonia fixa no país, iniciado no dia 03/07/99. As empresas terão 15 dias para apresentar suas defesas e poderão ser multadas em até R\$ 30 mi-

lhões, mas a decisão final sobre os dois processos deverá ser divulgada em meados de setembro. Os relatórios da TELEMAR e da Tele Centro Sul ainda estão sendo analisados. A CRT, CTBC TELECOM, CETERP e SERCOMTEL, bem como as prestadoras do Serviço Móvel Celular não sofrerão punições.

Custos Portuários. Recentemente, vários setores do empresariado têm enfatizado que as taxas portuárias representam o custo principal a ser reduzido para que os portos brasileiros se tornem competitivos internacionalmente. O estudo mais atualizado sobre o tema foi realizado pelo GEIPOT (Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes, do Ministério dos Transportes) em 1997, onde se analisa o custo de contêineres nos portos de Fortaleza, Recife, Suape, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, Santos, Paranaguá e Rio Grande. O estudo dividiu a formação dos custos em despesas com movimentação de mercadorias (subdividido em custos de manuseio e taxas portuárias) e despesas com entrada e saída de navios.

Segundo o estudo, o porto com menor custo de movimentação de contêineres é o de Recife (R\$ 156,86/unidade, em reais de 1997), e o de mais alto custo, o de Vitória (R\$ 384,86/unidade). O custo médio de movimentação nos portos pesquisados é de R\$ 301,46. Nos portos de Antuérpia e Roterdã, tidos como paradigmas de eficiência, o custo de movimentação de contêineres é de US\$ 90,00 e US\$ 100,00, respectivamente. Contudo, deve-se considerar essas últimas estatísticas com cuidado, já que podem estar refletindo estruturas de custos diferentes.

Do total das despesas com movimentação no porto de Vitória, as taxas portuárias participam com 26%, enquanto que no Terminal de Contêineres (TECON) do porto de Santos, esses valores situam-se em torno de 57%. Dessa forma, fica claro que o porto com maiores despesas de movimentação não é necessariamente o de maiores valores nas taxas portuárias.

Monitoramento de Cargas em Ferrovias. A maioria das empresas ferroviárias do Brasil já utiliza, no seu controle logístico, o monitoramento de cargas por satélite. O sistema é constituído de mensagens pré-formatadas entre o centro de controle operacional e o maquinista da locomotiva. Dessa forma, tanto a cabine de controle quanto o maquinista acompanham o trajeto do trem via mensagens de latitude e longitude. Fica mais fácil, assim, evitar acidentes, que caíram 20% entre 1997 e 1998. Além disso, o sistema é forte poupador de mão-de-obra. O nível de emprego caiu 78% entre 1994 e 1998, considerando todo o processo de privatização, segundo a ANTF (Associação Nacional de Transporte Ferroviário).

União de Construtoras. Os grupos Norberto Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez criaram a *holding* CCR (Companhia de Concessões Rodoviárias), que nasce para administrar as participações dessas companhias nas rodovias Bandeiran-

tes, Anhangüera, Ponte Rio-Niterói, Rio Bonito/Araruama, São Pedro da Aldeia, Presidente Dutra e várias estradas do Paraná. As empreiteiras passarão para a CCR as participações que detêm nas concessionárias.

O projeto da CCR terá 3 fases. Na primeira, buscará sócios estratégicos que agreguem valor à *holding*. Ou seja, fundos de pensão, grupos de investidores brasileiros ou internacionais que aumentem a visibilidade da companhia no Brasil e no exterior.

A segunda fase será a de abertura do capital da CCR nas bolsa brasileiras e, se possível, de outros países. A terceira fase será a de estruturar operações de captação de financiamentos no Brasil e no exterior.

FERRONORTE Consegue Financiamento da SUDAM. A FERRONORTE S.A., controlada pela *holding* FERRONORTE Participações S.A (FERROPASA), conseguiu aprovar a mudança de seu controle acionário no conselho deliberativo da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). A aprovação garante à FERRONORTE um repasse de R\$ 200 milhões do FINAM (Fundo de Investimentos da Amazônia).

A liberação se deve a dois motivos. Primeiro, porque as obras estão atingindo a Amazônia Legal, com o acesso ao terminal de grãos de Alto Taquari (MT). Segundo, devido à capacidade da FERROPASA de levantar uma contrapartida de R\$ 200 milhões.

O objetivo da empresa é chegar a Rondonópolis (MT) e, a partir daí, atingir Cuiabá (MT) e Santarém (PA), num total de 2.000 km.

Reajuste do Frete Rodoviário. O transporte rodoviário passa por um momento delicado de reajuste de fretes. Segundo a NTC (Associação Nacional de Transporte de Cargas), o reajuste para repor a variação dos custos do último ano deveria ser de 20,44%. Entretanto, as transportadoras são na maioria pequenas e médias empresas, quando não caminhoneiros autônomos. Essas empresas têm pouca capacidade de repasse de custos. O que ocorre na prática, portanto, é que essas empresas reajustam seus fretes em valores inferiores a seus custos. Assim, os custos dos pedágios e de combustíveis se tornam muito elevados. Por exemplo, só o pedágio representa 14,34% do custo operacional na via Dutra, 20,08% na Anhangüera/Bandeirantes, e 22,54% na Anchieta/Imigrantes, para uma carreta de cinco eixos (dados da NTC). O problema central é que a saída natural das transportadoras para diminuir o impacto dos custos residiria em economias de escala na carga transportada. Entretanto, essa possibilidade é reduzida, dado o controle rigoroso de pesagem que as concessionárias de trechos rodoviários têm feito. Esse problema se agravou com a política de reajustes de preços de combustíveis seguida pelo governo nesse ano.

Gigantes Unem-se na Infra-Estrutura. Seis gigantes associaram-se para buscar oportunidades de

investimentos no setor de infra-estrutura. Com esse objetivo foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Sudeste (CDSE). Os parceiros da nova empresa são: BNDES par (24%), Companhia Vale do Rio Doce (12,75%), Serrana (12,75%) do grupo Bunge, Bechtel (25%), Companhia Siderúrgica Nacional (12,75%) e UNIBANCO (12,75%). A CDSE tem por objetivo identificar oportunidades de investimentos em projetos vitais para o descongestionamento da economia do país, destacadamente em portos, rodovias e ferrovias. A empresa vai desenvolver estudos para levantar oportunidades de investimentos nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás. A partir de suas análises, os projetos identificados e selecionados serão tocados por sociedades de propósitos específicos (SPE). Para cada SPE haverá uma composição societária diferenciada, dependendo do interesse dos sócios da CDSE. As SPE terão que garantir os investimentos. O primeiro projeto é o de transformar o Porto de Sepetiba no primeiro a concentrar cargas no Atlântico Sul, tornando-o ponto fixo nas rotas internacionais das linhas de cargas.

Gasoduto Bolívia/Brasil Estimula Grandes Investimentos em Termelétricas. O consumo de gás natural no Brasil vai crescer muito nos próximos anos. Hoje, este combustível participa com 2,4% da matriz energética do país, com meta de 12% para 2010. Viabilizados, principalmente, pelo gasoduto Bolívia/Brasil, os investimentos em geração termelétrica serão vultosos. O Plano Plurianual (PPA) 2000/2003 prevê a construção de dezenove termelétricas a gás natural (GN), aumentando a capacidade de geração em 9.400 Megawatts (MW) (a capacidade instalada atualmente no país é de 63 mil MW), todas em parceria com a iniciativa privada. A PETROBRÁS, juntamente com outros atores, vai colocar em operação nove usinas termelétricas, que integram o programa de cogeração para auto-suficiência energética de suas unidades operacionais. Isto significa um reforço de 5.000 MW e US\$ 3 bilhões em investimentos. A PETROBRÁS estuda outros dois projetos para suas unidades de produção nos estados de Sergipe e Rio Grande do Norte. No estado do Paraná, além das usinas previstas no PPA e no programa da PETROBRÁS, serão construídas com parceria COPEL/PETROBRÁS as termelétricas de Londrina (450MW) e Figueira (100MW). A companhia japonesa Marubeni vai investir US\$ 350 milhões na montagem de uma usina termelétrica com potência de 450 MW em Juiz de Fora (MG). A Companhia Vale do Rio Doce está construindo uma unidade a gás natural em Vitória (ES), cuja operação deverá ocorrer em setembro de 2002, com capacidade de 500 MW. Pela segurança operacional e produção de vapor várias companhias estão optando por construir suas próprias termelétricas, a exemplo da White Martins (RJ e SP), a Peugeot (RJ), a Companhia Siderúrgica Nacional (RJ) e a própria Light. Fato preocupante para o setor é a indefinição quanto à política de preços para o gás natural.

No dia 4 de agosto a PETROBRÁS reajustou os preços praticados na venda do produto em 29%, fazendo com que o acumulado do ano seja de 73,7%. O receio é que, com os aumentos sucessivos de preços, o gás natural perca competitividade frente a outros combustíveis mais tradicionais. Porém, no dia 17 de agosto, o governo federal não resistiu às pressões do setor empresarial e reviu a aplicação do reajuste de preços, reduzindo-o de 29% para 9,2%, retroativo a primeiro de agosto e válido por três meses. A ANP definiu uma política provisória para o gás natural, na qual 60% do preço corresponde ao valor do gás, variando trimestralmente na mesma proporção do óleo combustível. Os outros 40% são baseados no valor do transporte do produto e serão corrigidos anualmente, com base no IGP-M.

Iniciadas Obras do Gasoduto Argentina/Brasil. A Pan American Energy, em parceria com a British Gas, estão investindo US\$ 400 milhões na construção de um gasoduto com 600 km de extensão ligando a Argentina a Porto Alegre, passando pelo Uruguai. O gasoduto terá capacidade de transportar até vinte milhões de metros cúbicos por dia, devendo estar concluído em 2001. Do total transportado, cinco milhões de metros cúbicos por dia serão fornecidos ao Uruguai, enquanto a quota brasileira variará de dez milhões a quinze milhões de metros cúbicos por dia, a serem utilizados para geração termelétrica. Com isto, o Grupo Ipiranga e o ítalo-argentino Tecgas NV – Techint – vão construir em Porto Alegre uma usina termelétrica a gás natural, com capacidade instalada de 500 Megawatts (MW), com gás da Argentina.

Cresce Consumo de Gás Natural Veicular. No Rio de Janeiro, principal mercado no país, a taxa de crescimento do consumo, entre abril de 1998 e março de 1999, foi de 72,8%. Em São Paulo, o segundo maior mercado, o crescimento foi de 56,7%. A expectativa da PETROBRÁS é que o mercado do gás natural veicular cresça com taxas ainda maiores nos próximos anos, principalmente devido à chegada do gás boliviano, que vai disponibilizar o produto para vários estados que hoje não têm acesso e ao seu grande apelo ambiental. O gás natural polui menos que outros combustíveis derivados do petróleo, além de proporcionar economia de até 70% nos gastos com combustível. Até dezembro próximo deverá estar rodando no Brasil cerca de 16 mil veículos convertidos para gás natural, atendidos por 69 postos de abastecimento.

PETROBRÁS Descobre Jazida Gigante de Gás Natural na Bolívia. As reservas totais giram em torno de 300 bilhões de metros cúbicos. Este volume equivale ao total de reservas existentes hoje no Brasil. Segundo balanço da PETROBRÁS, até 31/12/98 a empresa tinha no país 225,9 bilhões de metros cúbicos de gás de reservas provadas e 21,6 bilhões de metros cúbicos no exterior. O volume descoberto é suficiente para viabilizar a construção

de um segundo gasoduto ligando a Bolívia ao Brasil, cujo projeto já se encontra sob estudos por empresas do setor privado. O projeto é desenvolvido pela PETROBRÁS Bolívia, subsidiária da PETROBRÁS Internacional (BRASPETRO), que é a operadora do projeto com 35%, a Petrolera Andina com 50% e a Total Exploration Bolívia com 15%.

Setor de Saneamento Básico Enfrenta Sérias Restrições para Investir. Documento da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) aponta interrupção brusca das contratações de novas operações de financiamento para empreendimentos em habitação, saneamento e infra-estrutura urbana por órgãos públicos, com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). As dificuldades aumentaram quando da publicação, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), da Resolução nº 2521 (06/07/98) tratando da contenção da dívida pública, por meio do contingenciamento do crédito ao setor público. Relatório do Departamento de Saneamento da Secretaria de Política Urbana (SEPURB/MPO) informa que no período 1995/1998 o governo federal viabilizou a contratação de investimentos em saneamento no valor total de R\$ 5,3 bilhões, entre recursos financiados, fiscais e contrapartidas. Desses, R\$ 2,66 bilhões são recursos do FGTS, R\$ 760 milhões provêm do Orçamento Geral da União (OGU), R\$ 450 milhões de empréstimos externos e R\$ 1,42 bilhão de contrapartidas dos tomadores (companhias, serviços municipais e estaduais). Portanto, com todas as restrições à utilização dos recursos do FGTS, ele foi a fonte de financiamento de 50% das contratações do quadriênio. No exercício de 1998, o Orçamento de Contratações do FGTS autorizava contratações de novos financiamentos para o setor no montante de R\$ 1,16 bilhão. Devido à Resolução nº 2521 do CMN, só foi possível contratar R\$ 233 milhões. O mesmo orçamento prevê para 1999 uma disponibilidade para contratações de R\$ 1,28 bilhão que, a permanecer o quadro atual, não serão utilizados. São, portanto, R\$ 2,21 bilhões que deixam de ser aplicados em um país que precisa investir R\$ 2,7 bilhões ao ano para eliminar em 2010 seus déficits em abastecimento de água e esgotamento sanitário, conforme preconiza a Política Nacional de Saneamento do governo federal. O setor de saneamento reivindica a flexibilização da Resolução nº 2521 do CMN sob três argumentos: para o setor, no total nacional, tem havido capacidade de endividamento por conta do excedente entre a receita operacional total sobre as despesas de exploração e o serviço da dívida; no quadriênio 1995/1998, o setor retornou ao Fundo, como serviço da dívida, a expressiva cifra de R\$ 7,43 bilhões. Este valor corresponde a praticamente quatro vezes o montante de R\$ 1,82 bilhão desembolsado pelo Fundo no mesmo período para

financiar empreendimentos em execução; e, por último, as disponibilidades totais do Fundo passaram de R\$ 164 milhões em 31/12/93 para R\$ 13,6 bilhões em 31/12/98, crescendo 8.179% nesses cinco anos, considerados os valores nominais.

III.3 – Ciência e Tecnologia

Lei de Informática Volta ao Debate. Com data para expirar em 29 de outubro de 1999, a não prorrogação da Lei nº 8.248/91, que confere incentivos fiscais às empresas do setor de informática, poderá ter conseqüências importantes para as empresas do setor e para o desenvolvimento da pesquisa e tecnologia no país. O projeto do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) propõe a redução gradual e progressiva dos incentivos fiscais a partir de 2004, chegando em 2013 com apenas 30% de isenção. Outras importantes modificações dizem respeito aos requisitos para que uma empresa seja beneficiada pela isenção. De acordo com o projeto, a empresa deverá apresentar um programa de investimento em pesquisa e desenvolvimento para que lhe seja garantida a isenção. A comprovação da aplicação em atividades de pesquisa e os respectivos resultados serão anualmente avaliados pelo MCT que, em caso de descumprimento com o estabelecido no projeto, poderá suspender o incentivo.

FINEP Lança Programa de Modernização de Infra-estrutura de Ciência e Tecnologia. A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) assinou contrato com o EXIMBANK do Japão no valor de US\$ 148 milhões. Esses recursos serão utilizados no Programa de Modernização da Infra-Estrutura de Ciência e Tecnologia e destinam-se à compra de equipamentos para laboratórios e institutos de pesquisa, nas áreas de meteorologia, supercomputação, microscopia eletrônica, saúde, prestação de serviços tecnológicos, saneamento básico e engenharia. A FINEP opera o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), que atualmente tem uma demanda reprimida muito grande. Segundo o presidente da FINEP, os contratos são superiores aos recursos do orçamento e, em função disso, aproximadamente US\$ 30 milhões dos recursos obtidos por meio do contrato com o EXIMBANK serão destinados aos centros de pesquisas.

Atraso no Repasse de Verbas para o Financiamento de Projetos e Programas na Área de Ciência e Tecnologia. O governo federal interrompeu o repasse de verbas para o financiamento de projetos e programas na área de ciência e tecnologia. Isso tem inviabilizado a continuidade de vários projetos e provocado, em muitos casos, a perda de investimentos já realizados, com a desarticulação de grupos de pesquisa que levaram anos para se estruturarem. O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) garante que a situação será normalizada, com repasses crescentes até dezembro, quando pelo menos dois dos três programas mais importantes do

Ministério, quais sejam, o Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX) e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia (PADCT), deverão ter recebido integralmente tanto os recursos referentes ao orçamento do ano passado como os deste ano. O Fundo Nacional de Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia (FNDCT), contudo, deverá sofrer cortes da ordem de 25%.

MCT Recorre aos Estados para Cumprir Cronograma de Financiamento à Pesquisa. O Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) está recorrendo aos estados, por intermédio das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP), para tentar cumprir o cronograma de financiamento à pesquisa deste ano. A situação da pesquisa no Brasil complicou-se em setembro passado, quando foram divulgados cortes rigorosos no orçamento. As bolsas de estudo foram mais poupadas, mas os projetos de pesquisa foram gravemente atingidos. Desta forma, o ministério pediu às FAP que participem das contrapartidas nacionais dos acordos com agências internacionais, como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). As negociações estão mais avançadas com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ) e com a Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP), mas o ministério espera que outros estados também participem.

IV – Tópicos Especiais

IV.1 – Reforma Tributária, Ajuste Fiscal e Competitividade¹

Os alicerces do atual sistema tributário brasileiro foram estabelecidos em 1966/67.² Com a finalidade de reabilitar as finanças federais, racionalizar o sistema e construir as bases para o crescimento econômico, as modificações então introduzidas foram consideradas de vanguarda, transformando o sistema tributário em um dos mais modernos do mundo.

Ao longo do tempo, a dinâmica própria do sistema econômico e alterações tributárias criaram a necessidade de reformulação do sistema, o que representava um consenso entre os constituintes em 1987. O sistema tributário proposto pela Carta Magna de 1988, contudo, já nasce com graves problemas, seja pela sua incapacidade de garantir os recursos suficientes para as necessidades de financiamento implícitas no novo desenho de Estado, seja

¹ Por Mônica Mora – Pesquisadora do IPEA/DIMAC. Este artigo baseia-se na Nota Técnica/IPEA *Ajuste Fiscal: as mudanças tributárias recentes*, elaborada pela autora, em fase de conclusão.

² A discussão sobre o sistema tributário foi realizada com base em Varsano, R. (1996) "A Evolução do Sistema Tributário ao longo do Século: anotações e reflexões para futuras reformas". Texto para Discussão nº 405. IPEA. Brasília. 1996.

pelas distorções que se anunciavam (resultado da incidência em cascata das contribuições sociais).

Nos anos seguintes, as necessidades de financiamento do governo induzem a instituição de novas contribuições sociais, algumas destas previstas inclusive na Carta Magna. A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social,³ criada na Constituição de 1988, inicialmente absorvia 0,5% do faturamento das empresas. Em 1990, esta alíquota cresce para 2%. Em 1989, a Contribuição sobre o Lucro Líquido, prevista constitucionalmente, é homologada. Em 1990, foi instituído o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e, em 1993, o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF).

Esses tributos podem ser considerados ineficientes em termos econômicos. Sua natureza cumulativa, isto é, a impossibilidade de desoneração a cada etapa da produção, implica a criação de distorções sistêmicas que seguem a direção inversa às propostas de modernização fiscal. Ainda assim, as contribuições têm sido largamente utilizadas para aumentar as receitas da União,⁴ graças ao seu potencial de arrecadação.

Geralmente, os tributos de natureza cumulativa são vinculados ao financiamento de políticas sociais, como é o caso das contribuições sociais, as quais, sob a perspectiva do governo federal, apresentam algumas vantagens. Elas oferecem maior apelo junto aos membros do Legislativo, ao garantir recursos necessários ao Orçamento da Seguridade e da Previdência, e reduzem o aporte de recursos a ser efetuado pelo governo federal. Além disso, elas não são partilhadas com governos subnacionais, ao contrário do IPI e do IR.

A natureza cumulativa distorce os efeitos sobre a cadeia produtiva e alguns setores são mais penalizados do que outros, com incidências diferenciadas sobre empresas do mesmo setor (associadas ao seu grau de verticalização). Além disso, como incidem sobre o Faturamento (caso do COFINS) sobre o Lucro Líquido (CSLL) e sobre transações financeiras (CPMF) de modo indiscriminado, provocam distorções intersetoriais. As medidas atingem todos os setores uniformemente, desconsiderando as particularidades de cada um e comprometem a competitividade do sistema produtivo.

O Ajuste Fiscal. O equilíbrio das contas públicas vem sendo perseguido desde a implementação do Plano Real, cujo sucesso, segundo seus próprios formuladores, estaria condicionado à capacidade do Estado de implementar seu ajuste fiscal. O ajuste fiscal no Brasil foi precipitado por condições externas adversas. Muito embora os esforços visando ajustar

o setor público antecedam a crise asiática, as iniciativas do governo com essa intenção foram reforçadas pelo lançamento de um conjunto de medidas (que, em parte, sequer foram aprovadas), após outubro de 1997, quando o cenário internacional evidenciou a vulnerabilidade dos países emergentes.

Em janeiro de 1999, o ataque especulativo e a desvalorização cambial que se lhe segue redefinem o cenário macroeconômico. Entre outras variáveis, a dívida pública é afetada pela desvalorização cambial. Uma parte representativa da dívida estava indexada à taxa de câmbio. Assim, em grande medida, o setor privado transferiu ao governo federal o ônus da desvalorização, sob a forma de crescimento acentuado da dívida pública.

A desvalorização cambial provocou um crescimento de 26% na dívida, que passou de 42% do PIB em 1997 para 53% do PIB em 1999. Aumenta, então, a premência e o rigor das metas fiscais, que passam a desempenhar uma função adicional, a saber: normatizar a trajetória da dívida pública. Diante disso é reforçada a necessidade de corte de despesas e aumento das receitas com a finalidade de obter superávits primários compatíveis com a trajetória da dívida pública prevista (ou seja, este esforço de ajustamento deverá se traduzir em redução da dívida para 50% do PIB em 1999 e 46,5% do PIB em 2000).

As principais medidas sobre as quais o ajuste fiscal se sustentaria já estavam previstas no programa de Estabilidade Fiscal, de 4 de outubro de 1998, e foram reforçadas pelas medidas previstas no Memorando de Política Econômica (08/03/99). Dentre as medidas voltadas para a redução dos gastos e o aumento da receita, pode-se identificar as que apresentam natureza estrutural e as que podem ser consideradas circunstanciais.

As medidas estruturais fazem parte de um processo mais abrangente de reforma do Estado. São classificadas nesta categoria o ajuste patrimonial, a reforma da seguridade social e a reforma administrativa. A reforma do Estado, sob a ótica das finanças públicas, pode ser vislumbrada como um novo marco institucional compatível com as fontes de financiamento disponíveis. Destarte, permitem pensar um ajuste fiscal consistente e de longo prazo. Estas medidas, sob essa perspectiva, geram um ambiente favorável ao crescimento econômico sustentável. Assim, embora segundo as estimativas do Ministério da Fazenda a expectativa de aumento da arrecadação resultado dessas medidas responda somente por 17% do esforço fiscal realizado, elas apresentam uma lógica própria e os seus frutos só poderão ser avaliados no longo prazo.

A proposição de medidas paliativas, via ações localizadas, com a intenção de elevar a receita e reduzir a despesa reforçam as distorções do sistema tributário. Defrontado com o dilema de ajuste fiscal *versus* uma agenda de mudanças de caráter estrutural, o governo

³ Inicialmente denominada FINSOCIAL e, posteriormente, COFINS.

⁴ Na repartição de recursos prevista na Constituição de 1988, observa-se que o aumento da participação dos municípios na receita disponível de 10 para 17% se deu em detrimento da União.

se viu compelido a implementar medidas emergenciais. Essas medidas baseiam-se, em grande medida, no aumento de alíquota de tributos de natureza cumulativa. Entre elas, destacam-se o aumento da alíquota do COFINS (2,0 % para 3,0%), do CPMF (0,2% para 0,38%) e CSLL (de 8% para 12%), suspensão de ressarcimento do PIS e COFINS para exportadoras, incidência de IPI sobre carros importados e elevação de tarifas públicas. Ao analisar os números do ajuste, no entanto, constata-se a importância das medidas de curto prazo no esforço de ajustamento. As estimativas, sob o prisma da receita, sugerem que essas últimas são responsáveis por 75% da expectativa de aumento da arrecadação.

A modernização do sistema sustenta-se sobre a eliminação das distorções presentes no atual e, consequentemente, na sua racionalização. As necessidades de financiamento do setor público, ascendentes no tempo, desqualificam, contudo, qualquer proposta que provoque redução da carga tributária.

A Reforma Tributária. A intenção de promover o ajuste fiscal exigiu um esforço para produzir superávits primários. Algumas medidas propostas pelo governo com essa finalidade podem ser consideradas remendos ao sistema e reforçam as suas distorções. Sob o ponto de vista sistêmico, elas representam um retrocesso e são contrárias à proposta de reforma tributária, que consiste exatamente no esforço de minimizar os efeitos negativos da tributação sobre a eficiência e a competitividade.

As implicações do ajuste fiscal, seja sob a perspectiva da despesa (o corte em despesas correntes e de capital, em prejuízo de programas como o Brasil em Ação, que buscam, exatamente reduzir o custo Brasil e garantir maior competitividade ao produto nacional), seja sob a ótica da receita (pela natureza dos tributos sobre os quais se sustentam o ajuste fiscal), são contrárias à proposta de reforma tributária, já que essa tem por objetivo promover a competitividade do produto nacional e harmonizar o sistema tributário brasileiro com os dos nossos parceiros comerciais.

Muito embora as distorções do sistema tributário em si justifiquem as propostas com a intenção de reformulá-lo,⁵ a necessidade de responder às mudanças estruturais da economia, que vêm se materializando na economia brasileira desde o início da década de 90, por sua vez, reforçam esta tendência.

Algumas das principais críticas ao atual sistema residem:

- no prejuízo que este causa à competitividade dos produtos nacionais por não conseguir desonerar os produtos destinados às exportações e

encontrar dificuldades para equiparar os importados aos nacionais;

- no fato de ser excessivamente complexo;
- em facilitar a sonegação; e
- em não ser propício à harmonização com os sistemas tributários dos nossos parceiros comerciais.

A discussão do sistema tributário deve ter como parâmetro as demandas da sociedade. A sua construção deve ser adequada aos propósitos implícitos na definição das bases de tributação e das alíquotas. Em um país como o Brasil, caracterizado pela concentração de renda e da riqueza, esta discussão torna-se menos trivial e mais relevante. Um sistema tributário nunca é absolutamente neutro: invariavelmente alguns segmentos da sociedade são privilegiados em detrimento de outros.

Dessa maneira, a despeito do consenso em torno da necessidade de reformular o sistema tributário, os diferentes interesses (em grande medida, conflitantes) que rondam as propostas de reforma dificultam e postergam a sua tramitação no Congresso Nacional.

IV.2 – Cimeira do Rio: Presente e Perspectivas do MERCOSUL⁶

A Cimeira do Rio de Janeiro, encontro de cúpula realizado nos dias 28 e 29 de junho entre os dirigentes da União Européia e das Américas do Sul e Central, renovou o interesse dessas regiões por esforços de integração, em um momento em que grande parte da América Latina experimenta dificuldades na sustentação de suas políticas de estabilização e abertura comercial, implementadas no início da década.

Para os países do MERCOSUL, especificamente, o esforço de abertura com relação a terceiros parceiros não é uma novidade. Dado o histórico de grande fechamento econômico, até o fim dos anos oitenta, o processo de associação regional precisou estar conjugado, desde o princípio, com esforços de liberalização comercial com outras regiões.

O bloco, assim, justificou-se como um esforço de ampliação da competitividade regional e de adaptação dos países sul-americanos ao novo ambiente mundial de maior integração. Esse aspecto foi de fundamental importância para a adoção de novas estratégias empresariais voltadas para a ampliação da produtividade e a diversificação de mercados, assim como para dissipar os temores internacionais de que o MERCOSUL objetivasse tornar-se um foco regional de protecionismo.

Além de fortalecer a posição internacional do MERCOSUL, o objetivo de aprofundar gradualmente a

⁵ A discussão sobre reforma tributária foi realizada tendo como base Afonso, J.R., Rezende, F. e Varsano, R. (1998) "Reforma Tributária no Plano Constitucional: uma proposta para debate". Texto para Discussão nº 606. IPEA. Brasília. Novembro de 1998.

⁶ Por Aguinaldo Nogueira Maciente – Pesquisador do IPEA/DISET. Este artigo baseia-se em CARVALHO, A. & MACIENTE, A. N. "Impactos de um Acordo de Livre Comércio entre MERCOSUL e União Européia" IPEA, em fase de conclusão.

abertura econômica da região visa também preservar a desconcentração dos seus fluxos comerciais no mundo. O Brasil, especificamente, tem grande interesse em manter-se presente em todos os mercados mundiais, constituindo um "ator global" no atual cenário de crescente internacionalização. Daí advêm as discussões para a formação de uma Área de Livre-Comércio das Américas (a ALCA), bem como a recente proposição de um acordo comercial entre o MERCOSUL e a União Européia (UE), durante a Cimeira do Rio.

Impactos da Liberalização Comercial entre MERCOSUL e UE. O processo de integração comercial do MERCOSUL com a União Européia, contudo, não estará isento de conflitos e efeitos pontuais negativos. Muitos setores produtivos, em ambas as regiões, serão particularmente sensíveis à maior concorrência de fornecedores da outra área. Assim, a análise prévia dos possíveis impactos da área de livre comércio pode ser um instrumento importante para a mensuração das dificuldades potenciais futuras e para um melhor encaminhamento das negociações bilaterais.

Com esse intuito, serão aqui apresentadas estimativas do impacto de uma área de livre-comércio entre os países do MERCOSUL e da UE sobre os fluxos comerciais dos países envolvidos, com especial destaque para as exportações e importações brasileiras. Foram utilizados dados do comércio mundial de 1996 e a metodologia de equilíbrio parcial, já apresentada no Tema de Destaque do **BPI** nº 6, que tratava dos impactos da formação da ALCA.⁷

A metodologia adotada avalia os dois impactos estáticos resultantes da eliminação total das tarifas alfandegárias entre os países: (i) a criação de comércio, gerado pela ampliação do fluxo de comércio que se segue ao barateamento de mercadorias comercializadas dentro da nova área; e (ii) o desvio de comércio, que consiste na troca de fornecedores externos por fornecedores internos à nova área, que se tornariam artificialmente mais baratos, em virtude da isenção tarifária assimétrica. Considera-se, para efeito das estimações, apenas o impacto da eliminação das alíquotas tarifárias entre os países da associação comercial, deixando de lado os efeitos de uma possível redução de barreiras não tarifárias.

Os resultados encontrados não indicam números muito favoráveis para a balança comercial brasileira (ver tabela 1). As importações totais brasileiras provenientes do novo bloco comercial aumentariam em 33,9%, decorrentes de uma criação de comércio de quase 26% e de um desvio de comércio da ordem de 8% de nossas importações.

Tabela 1 – Alteração nos Fluxos Comerciais Brasileiros na Área MERCOSUL/UE

	Exportações		Importações	
	US\$ milhões	(%)	US\$ milhões	(%)
Criação de comércio	89,67	0,5	3.329,07	25,9
Desvio de comércio	-44,5	-0,2	1019,99	7,94
Efeito total	45,2	0,2	4349,06	33,9

Elaboração própria.

Do ponto de vista das exportações brasileiras, no entanto, o incremento total seria de apenas 0,2%. Este resultado adviria de um aumento muito limitado das exportações resultantes da criação de comércio, bem como de um desvio de comércio com efeito negativo. Isso significa que a redução das exportações brasileiras para o MERCOSUL, resultante da maior competição com os produtores europeus, seria maior que o aumento de nossas exportações para a Europa resultante da troca de fornecedores de outros países do MERCOSUL por produtos brasileiros.

A tabela 2 desagrega os resultados para os parceiros brasileiros no MERCOSUL. Pode-se perceber uma contração generalizada do comércio regional, com redução ligeiramente maior das importações brasileiras, relativamente às exportações (US\$ 158 milhões contra US\$ 121 milhões, respectivamente).

Tabela 2 – Alteração do Comércio com os Países do MERCOSUL

	Exportações brasileiras		Importações brasileiras	
	US\$ milhões	(%)	US\$ milhões	(%)
Argentina	-109,92	-1,96	-142,80	-2,11
Uruguai	-8,64	-1,14	-14,54	-1,56
Paraguai	-2,59	-0,38	-0,76	-0,14
Total	-121,15	-1,7	-158,10	-1,91

Elaboração própria.

Dada a metodologia de equilíbrio parcial utilizada, as exportações brasileiras para países fora da área MERCOSUL/UE não se alterariam. As importações provenientes do resto do mundo, no entanto, são afetadas, devido ao desvio de comércio. O total do desvio é desagregado na tabela 3 entre os principais parceiros e regiões. Os valores encontrados ficam entre 2% e 3% do comércio inicial, exceto para o caso do Japão, que apresenta as maiores perdas proporcionais, situadas em torno de 4% do valor das importações iniciais.

Tabela 3 – Evolução das Importações

	US\$ milhões	(%) do valor inicial
Américas (exceto MERCOSUL)	-480,18	-2,95
Japão	-112,51	-4,1
Tigres Asiáticos	-70,21	-2,7
China	-23,83	-2,1
Outros	-175,17	-1,85
Todo o Mundo	-1019,99	-1,91

Elaboração própria.

Tomando-se a classificação do sistema harmonizado, as exportações para a UE apresentariam maiores incrementos percentuais nos setores de gorduras e óleos, produtos animais e têxteis e em instrumentos de precisão (setores III, I, XI e XVIII, res-

⁷ Ver CARVALHO, A., PARENTE, M. A. "Impactos Comerciais da Área de Livre Comércio das Américas" IPEA, TD nº 635.

pectivamente). Em termos de valor exportado, os setores mais beneficiados com a integração seriam os de alimentos, bebidas e fumo (IV) e produtos vegetais (II), além, uma vez mais, dos produtos animais e instrumentos de precisão.

Quanto às importações provenientes da UE, em termos percentuais ter-se-iam os maiores aumentos em calçados e chapéus (XII), produtos animais, instrumentos de precisão, manufaturas diversas (XX) e produtos químicos (VI). No que toca ao valor importado, os maiores incrementos seriam verificados nos equipamentos de transporte (XVII), instrumentos de precisão, e máquinas e equipamentos (XVI).

Os resultados confirmam, portanto, a percepção difundida de que a competitividade brasileira relativamente aos países europeus estaria centrada no conjunto de produtos agroindustriais. As exportações brasileiras para a UE estão mais concentradas nesses setores do que, por exemplo, no caso das exportações para o NAFTA. Uma liberalização apenas com os países europeus, portanto, tenderia a reforçar o peso desses produtos na pauta exportada brasileira.

Cabe salientar que os dados aqui descritos devem ser utilizados apenas como indicadores das alterações nos fluxos comerciais, resultantes de um acordo comercial entre a União Européia e o MERCOSUL. A forte presença de barreiras não tarifárias no comércio entre os dois blocos, fato não captado pela metodologia adotada, tende a subestimar os aumentos das exportações brasileiras que seriam realmente produzidos em um acordo comercial com a UE, pois certamente a discussão sobre a redução às barreiras européias, sobretudo à entrada de produtos agropecuários, estará presente na negociação.

Ao se calcularem os impactos utilizando a hipótese de uma abertura total e imediata, a metodologia adotada deve também ser vista como um indicativo dos efeitos de longo prazo decorrentes da integração. Uma vez que a criação de áreas de livre-comércio e mercados comuns envolve defasagens e períodos relativamente longos de transição e convergência tarifária, os efeitos iniciais da liberalização são mais reduzidos.

A discussão acerca da Política Agrícola Comum Européia, assim, deve estar no centro das preocupações brasileiras. Sem concessões nesse campo, a abertura tarifária traria efeitos muito assimétricos, como indicam os dados apresentados, sobre o comércio dos dois blocos. Apesar da liberalização comercial ser, *per se*, um fato positivo, principalmente do ponto de vista do bem-estar do consumidor, a busca por um processo em que não haja desequilíbrios bruscos na balança comercial regional é um objetivo legítimo das negociações.

Por fim, cabe ressaltar que a formação de novos acordos comerciais envolvendo o MERCOSUL e outros parceiros pressupõe, também, a criação de condições regionais favoráveis às novas liberalizações comerciais que esses acordos envolvem. Nes-

se sentido, a atual crise comercial entre Brasil e Argentina, principais sócios constituintes do MERCOSUL, pode prejudicar os novos acordos que se desejam, tanto no continente como com a Europa.

A liberalização comercial, por ser uma política relativa a objetivos de longo prazo, depende de um ambiente econômico relativamente estável. Caso contrário, dificuldades imediatistas – como as relativas à manutenção do equilíbrio no balanço de pagamentos, à estabilidade de preços e ao crescimento do produto – tenderão a predominar. Apenas em um cenário de crescimento sustentável há estímulos suficientes para que os benefícios das negociações comerciais estejam no centro das preocupações dos países nelas envolvidos. As atuais vicissitudes dos processos de estabilização brasileiro e argentino, desse ponto de vista, geraram resultados insatisfatórios.

Com o abandono brasileiro do regime cambial semi-fixo, as políticas macroeconômicas de Brasil e Argentina, que seguiam direções semelhantes, tornaram-se mutuamente incompatíveis. Se, anteriormente à desvalorização brasileira, ambos os países interessavam-se em postergar a vigência de suas âncoras cambiais, mesmo em detrimento da abertura comercial anterior – como atesta a elevação linear da Tarifa Externa Comum em 1997 –, a situação atual é diferente. O Brasil indica que não buscará mais a apreciação da moeda como instrumento de estabilização, o que ajuda a explicar as atuais pressões protecionistas argentinas e as grandes incertezas e dificuldades que suscitaram.

Não se pode prever o desfecho desses acontecimentos e suas conseqüências de longo prazo para a relação entre os países do MERCOSUL. É certo, contudo, que os atritos e desentendimentos internos enfraquecem o poder de barganha do bloco regional em suas negociações internacionais. Seria muito negativo desperdiçar essa experiência em um mundo no qual a defesa individual dos interesses de um país está cada vez mais dificultada.

IV.3 – A Megafusão Brahma-Antarctica⁸

A fusão da Brahma e da Antarctica, as duas maiores fabricantes nacionais de cervejas, na Companhia de Bebidas das Américas (AMBEV) é ilustrativa da complexidade dos impactos da concentração da produção industrial sobre diversos segmentos da sociedade. Em consulta pública aberta pela SDE (Secretaria de Direito Econômico), além das empresas concorrentes, manifestaram-se empresas do setor de distribuição/comercialização e sindicatos de trabalhadores. Visando suspender os efeitos da fusão sobre a estrutura do mercado de bebidas, o CADE proibiu que as empresas fechem fábricas, realizem demissões, alterem a logística de distribuição e a comercialização de marcas, entre outras

⁸ Por Rute Imanishi Rodrigues – Pesquisadora do IPEA/DISET.

medidas, até o julgamento final do caso pelos órgãos de defesa da concorrência.

Recentemente a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) do Ministério da Fazenda divulgou o documento "Guia para a Análise Econômica dos Atos de Concentração", explicitando seu procedimento de análise. De acordo com o documento, os casos são aprovados/reprovados por etapas. Em primeiro lugar são definidos os mercados relevantes e a parcela de mercado sob poder das empresas, e quando a parcela de mercado é suficientemente elevada, passam a ser avaliadas as condições para o exercício efetivo de poder de mercado. E isto porque, mesmo concentrando parcela expressiva da produção, o exercício efetivo do poder de mercado pode não ocorrer devido a fatores como: concorrência de produtos importados, condições favoráveis a entrada de novas firmas, e capacidade das empresas concorrentes já instaladas ganharem mercado. Se nenhuma dessas condições é satisfeita, ou seja, se há risco efetivo de dano à concorrência, são contrapostos os custos (como risco de redução da oferta/elevação de preços, piora da qualidade dos produtos, ou redução das inovações, e custos à economia como um todo/demais setores) e benefícios (como economias de escala e de escopo, novas tecnologias, etc.) da concentração. Apenas quando o saldo líquido de custos e benefícios é negativo a SEAE emite parecer desfavorável, ou aprova a transação sob condições. Após o parecer da SEAE o caso ainda segue para o parecer da Secretaria de Direito Econômico (SDE) e para o julgamento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), ambos vinculados ao Ministério da Justiça. Contudo, segundo técnicos da SEAE, cerca de 90% dos casos julgados pelo CADE entre janeiro e maio deste ano seguem a recomendação do parecer da SEAE.

A união Brahma/Antarctica concentra cerca de 75% da produção nacional de cervejas, 30% da produção de refrigerantes, e 40% do mercado de bebidas em geral. As principais barreiras à entrada nestes mercados são de natureza mercadológica, como marcas, rede de distribuição e comercialização. O atual coeficiente de importação de cerveja é mínimo, cerca de 1% do consumo. Via de regra, mesmo as cervejarias líderes mundiais exportam parcelas irrisórias da produção e, em função da perecibilidade do produto e altos custos de transporte, a expansão internacional é feita por implantação/aquisição de fábricas ou associações a empresas locais.

As grandes cervejarias mundiais, nos anos 90, investiram em aquisições e *joint-ventures* nos países da América Latina, sobretudo na Argentina, Brasil e México. No Brasil, tais estratégias resultaram em associações das maiores produtoras mundiais para produção e distribuição de suas marcas por intermédio das cervejarias locais, entre 1996 e 1997: a Anheuser-Busch (Budweiser), dos EUA, com a Antarctica; a Miller, também dos EUA, e a Calsberg, dinamarquesa, com a Brahma; e a Heineken, holandesa, com a Kai-

ser. As respectivas associações da Brahma e da Antarctica foram aprovadas pelo CADE, entre 1997 e 1998, após análise de recurso movido pelas interessadas que reverteu a primeira decisão do órgão prevendo a dissolução dos acordos num prazo de dois anos. A aprovação foi então condicionada a uma série de restrições e normas de conduta. A Anheuser-Busch, por exemplo, foi obrigada a aportar capital na Antarctica para financiar seu programa de investimentos, enquanto a Brahma deveria prestar assistência técnica, transferir tecnologia e engarrafar produtos de pequenas cervejarias. Além disso, a marca Miller não poderia ser vendida a preços acima das demais marcas da Brahma a partir de determinada data. A Brahma não atendeu as imposições do CADE e foi recentemente multada pelo órgão. Os desdobramentos da megafusão no Brasil sobre as associações com as líderes norte-americanas não estão ainda definidos, mas as últimas manifestam interesse em continuar atuando no mercado brasileiro.

Somadas as vendas das companhias em 1998, a AMBEV assume a liderança no *ranking* das empresas privadas nacionais, com cerca de US\$ 10 bilhões de faturamento (segundo a revista Exame), e salta para a terceira posição no ranking mundial das cervejarias. Os administradores da AMBEV anunciaram a megafusão como a formação de uma "multinacional verde-amarela" com porte para concorrer com as líderes mundiais no MERCOSUL e na futura Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Argumenta-se que o forte poder da AMBEV no mercado interno não deve acarretar dano aos consumidores devido à pulverização do setor de distribuição, que seria responsável por parcela significativa do preço das bebidas.

A vocação multinacional da AMBEV é sobretudo resultado da estratégia de expansão da Brahma na América Latina, que levou a empresa a implantar fábricas na Argentina, onde é a segunda marca mais vendida, e adquirir uma cervejaria na Venezuela. Os laços multinacionais da Brahma também são indiretos. O banco Garantia, que controla a empresa desde 1989, foi adquirido em 1998 pelo banco suíço CS First Boston. No mercado interno, a Brahma também vinha seguindo política agressiva contra a concorrência: tornou-se líder no mercado de cervejas e comprou a franquia da Pepsi-Cola no mercado de refrigerantes. Ao contrário da Brahma, a Antarctica vinha perdendo espaço no mercado interno e apresentava desempenho financeiro medíocre. A assimetria patrimonial das empresas refletiu-se no acordo de fusão que reservou a maior parcela do capital da AMBEV para a Brahma, a despeito do controle administrativo ser compartilhado entre os ex-dirigentes das empresas.

A cervejaria Kaiser formalizou pedido de dissolução do negócio junto à SDE e lançou campanha publicitária contra a megafusão. A Kaiser é controlada pela Coca-Cola, que detém 50% do mercado nacional de refrigerantes, e era até então a terceira cervejaria no *ranking* doméstico, com cerca de 15% do mercado.

Além de nomear a transação de compra da Antartica pela Brahma, o principal argumento da concorrente é de que a AMBEV terá poderes de monopólio no mercado interno. A Kaiser também alega que por meio de políticas de diferenciação de preços (por exemplo, a comercialização de uma das marcas da companhia a preços abaixo do mercado) a atuação da AMBEV poderá acarretar a ruína de pequenas cervejarias regionais. A AMBEV contra-ataca questionando as políticas de preços da Coca-Cola em mercados regionais para abocanhar fatias de mercado das tubainas, e práticas de venda casada para difundir a marca Kaiser.

Também manifestaram preocupação com a fusão junto à SDE empresas distribuidoras, sindicatos de trabalhadores e deputados. Para a Barleta, uma das principais empresas distribuidoras da Antartica, a fusão deve “congelar” o sistema de distribuição, ao contrário do que alega a AMBEV. A Brahma e a Antartica já vinham modificando a logística de distribuição de bebidas, causando forte redução do número de distribuidores. As duas empresas adquiriram, respectivamente 29 e 12 empresas de distribuição em 1998, e enfrentam dezenas de ações judiciais de empresas distribuidoras acusando-as de práticas anticoncorrenciais para forçar a concentração no setor. Representantes do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Cervejas e Bebidas em Geral avaliaram que a fusão acarretará grande número de demissões, a começar pelo sistema de distribuição (já que as duas empresas têm canais sobrepostos), e redução dos empregos diretos das empresas com o fechamento de determinadas fábricas e redução no pessoal administrativo. Os postos de trabalho diretos no setor também já vinham sendo reduzidos devido à revisão dos programas de investimentos das empresas, uma vez que o consumo de cerveja e refrigerantes, após forte crescimento em 1995 e 1996, tem apresentado quedas sucessivas, com tendência de queda ainda maior no ano corrente.

A concentração da produção que acarretará a criação da AMBEV é inédita no panorama mundial, segundo especialistas do ramo. Entretanto, há diferenças importantes na estrutura dos mercados das economias desenvolvidas. Nos EUA a produção de cerveja é concentrada: três empresas ocupam mais de 50% do mercado, embora as microcervejarias estejam em expansão. Já na Alemanha, assim como em outros países europeus, predominam as pequenas e microcervejarias, a despeito de haver grandes empresas com fatias expressivas do mercado. No Brasil, nos anos recentes, houve uma tendência de incorporação de pequenas cervejarias regionais, que nos períodos de crescimento do consumo tendem a aumentar sua participação no mercado, pelas líderes. No cenário atual as pequenas e médias empresas do setor também devem enfrentar grandes dificuldades, inclusive porque os procedimentos dos órgãos de defesa da concorrência, visando arrefecer o poder de mercado das empresas líderes, como nos casos citados, não têm se mostrado efetivos.

V – Anexo Estatístico

Tabela V.1 – Produção Física Industrial Trimestral

	(variação em relação ao mesmo trimestre do ano anterior – em %)							
	III/97	IV/97	I/98	II/98	III/98	IV/98	I/99	II/99
Transf. de prod. de minerais não-met.	6,2	5,7	3,9	1,8	-1,9	-4,9	-5,6	-4,6
Metalúrgica	3,3	3,7	0,8	-0,7	-1,7	-13,5	-8,4	-5,3
Mecânica	5,8	8,1	3,0	-1,3	-3,7	-14,2	-11,9	-10,9
Material elétrico e de comunicação	-4,7	-13,8	-14,6	-5,8	-10,7	-8,7	-12,4	-19,9
Material de transporte	10,0	4,9	-7,4	-6,3	-15,7	-32,4	-12,4	-16,6
Madeira	6,6	2,0	-0,3	-6,1	-11,3	-9,9	0,1	3,8
Mobiliário	-5,3	-8,4	-14,8	-12,2	-5,5	-1,4	-1,0	-7,6
Papel e papelão	-0,2	1,3	-0,4	1,6	1,1	-0,5	3,4	5,5
Borracha	3,3	5,6	3,0	-7,0	-8,8	-18,9	-4,3	2,7
Couros e peles	-2,0	-7,3	-10,0	-11,4	-18,1	-14,6	-9,7	-10,2
Química	3,1	2,2	7,6	5,3	1,4	2,0	-2,4	1,5
Farmacêutica	11,3	9,8	-2,4	1,6	9,5	7,2	5,3	5,5
Perfumaria, sabões e velas	10,5	4,8	2,3	3,0	0,2	6,7	2,4	8,7
Produtos de matérias plásticas	3,2	0,7	-2,4	-1,1	-1,6	-4,9	-2,1	-7,0
Têxtil	-9,0	-15,0	-13,3	-11,5	-7,5	6,0	3,7	0,1
Vest., calçados e artefatos de tecidos	-11,6	-8,3	-8,5	-5,8	-0,8	-4,8	1,3	-2,3
Produtos alimentares	2,5	2,7	2,6	1,6	0,9	0,9	-0,2	5,0
Bebidas	-0,8	-2,1	5,5	-9,5	-3,8	-0,6	-8,6	5,9
Fumo	31,8	-2,5	-9,6	-15,3	-49,0	-23,7	-31,0	-7,0
Indústria de transformação	2,0	0,1	-0,7	-1,9	-4,0	-6,5	-5,2	-4,0

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal. Elaboração: IPEA/DISET.

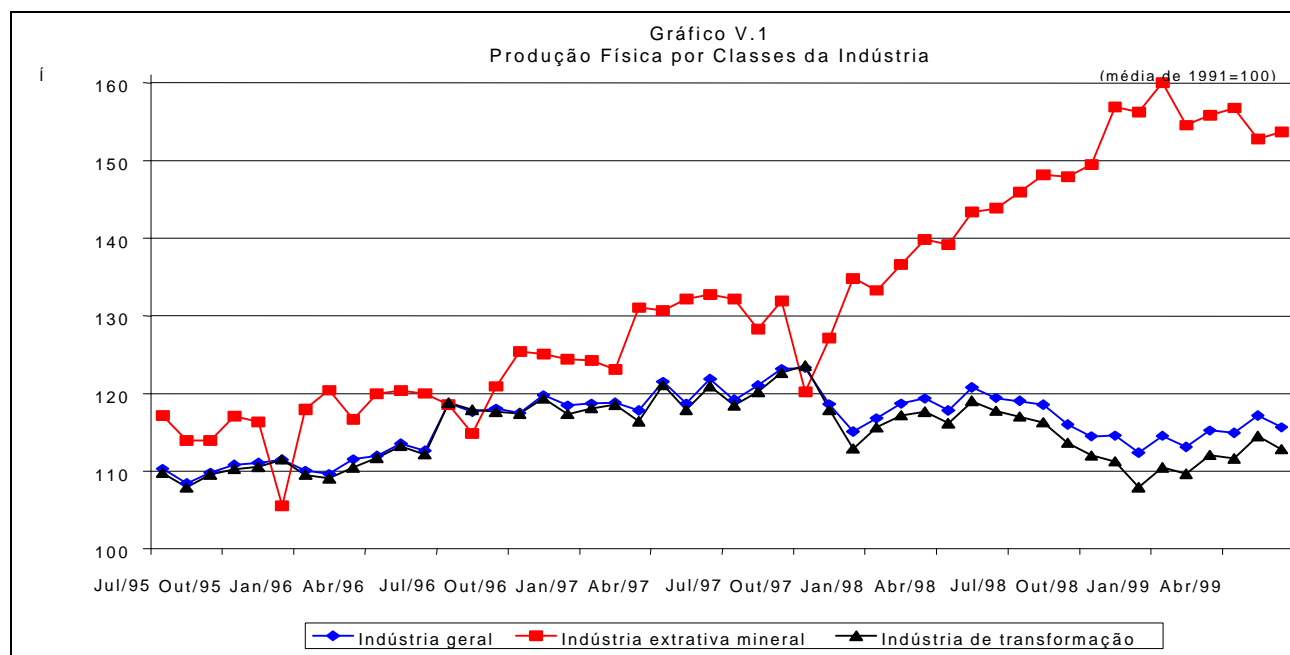


Tabela V.2 – Índices de Mark-Ups por Setor Segundo a Estrutura de Mercado

(base: agosto de 1994 = 1)

Setor	OC			OC		OC		ODC		ODC	
	Agropecuária	Extrativa mineral	Petróleo e carvão	Minerais não metálicos	Siderurgia	Metalurgia não ferrosos	Outros produtos metalúrgicos	Máquinas e tratores	Material elétrico	Equipamentos eletrônicos	
Abr-98	0,99	0,80	-	0,92	0,96	0,95	0,87	0,80	0,78	0,68	
Mai-98	0,97	0,79	-	0,92	0,96	0,94	0,86	0,80	0,78	0,67	
Jun-98	0,97	0,79	-	0,93	0,96	0,94	0,86	0,80	0,79	0,68	
Jul-98	0,97	0,79	-	0,92	0,96	0,93	0,86	0,80	0,79	0,68	
Ago-98	0,97	0,80	-	0,93	0,95	0,93	0,86	0,80	0,79	0,67	
Set-98	0,98	0,80	-	0,94	0,95	0,93	0,86	0,81	0,79	0,67	
Out-98	0,97	0,80	-	0,93	0,95	0,93	0,86	0,81	0,78	0,66	
Nov-98	0,96	0,78	-	0,92	0,94	0,92	0,84	0,79	0,77	0,65	
Dez-98	0,98	0,77	-	0,89	0,93	0,91	0,82	0,77	0,76	0,63	
Jan-99	0,98	0,84	-	0,90	0,92	0,89	0,84	0,78	0,76	0,59	
Fev-99	1,01	0,88	-	0,88	0,90	0,90	0,87	0,75	0,77	0,59	
Mar-99	1,01	0,89	-	0,89	0,92	0,92	0,89	0,81	0,79	0,61	
Abr-99	0,98	0,86	-	0,89	0,94	0,93	0,89	0,82	0,80	0,63	
Mai-99	0,95	0,87	-	0,88	0,94	0,93	0,89	0,82	0,79	0,62	

Setor	ODC		MC		OCOM		Controlad.		OD		OCOM	
	Veículos automoto-res	Peças e outros veículos	Madeira e mobiliário	Celulose, papel e gráfica	Borracha	Elementos químicos	Refino de petróleo	Químicos diversos	Farmacêutica e perfumaria	Plásticos		
Abr-98	0,81	0,89	0,84	0,85	0,91	-	1,03	-	0,92	0,86		
Mai-98	0,81	0,89	0,84	0,87	0,91	-	1,03	-	0,91	0,86		
Jun-98	0,81	0,89	0,85	0,88	0,91	-	1,03	-	0,91	0,85		
Jul-98	0,81	0,89	0,85	0,89	0,92	-	1,03	-	0,91	0,84		
Ago-98	0,80	0,89	0,85	0,89	0,92	-	1,02	-	0,91	0,84		
Set-98	0,80	0,89	0,85	0,87	0,92	-	1,01	-	0,91	0,84		
Out-98	0,80	0,89	0,85	0,87	0,91	-	1,01	-	0,91	0,83		
Nov-98	0,80	0,88	0,84	0,86	0,89	-	1,01	-	0,90	0,82		
Dez-98	0,79	0,87	0,81	0,83	0,89	-	1,03	-	0,89	0,81		
Jan-99	0,79	0,87	0,84	0,83	0,89	-	0,97	-	0,86	0,83		
Fev-99	0,77	0,85	0,82	0,87	0,87	-	0,92	-	0,86	0,86		
Mar-99	0,73	0,88	0,83	0,89	0,95	-	0,95	-	0,86	0,88		
Abr-99	0,74	0,90	0,84	0,90	1,00	-	1,03	-	0,89	0,88		
Mai-99	0,75	0,90	0,84	0,91	0,99	-	1,08	-	0,89	0,88		

Setor	OCOM		MC		OCOM		OD		OCOM		OCOM	
	Têxtil	Artigos de vestuário	Calçados	Café	Benefic. produtos vegetais	Abate animais	Laticínios	Açúcar	Óleos vegetais	Outros produtos alimentares		
Abr-98	0,92	0,82	0,78	0,96	-	0,96	1,01	0,85	1,11	0,96		
Mai-98	0,91	0,82	0,78	0,98	-	0,96	1,03	0,85	1,10	0,99		
Jun-98	0,92	0,82	0,79	0,99	-	0,96	1,04	0,84	1,08	1,05		
Jul-98	0,92	0,83	0,78	0,99	-	0,97	1,04	0,82	1,04	1,04		
Ago-98	0,92	0,83	0,78	0,98	-	0,97	1,03	0,82	1,04	1,04		
Set-98	0,92	0,82	0,77	0,98	-	0,97	1,02	0,80	1,04	1,06		
Out-98	0,92	0,82	0,77	0,99	-	0,97	1,02	0,80	1,04	1,07		
Nov-98	0,91	0,81	0,76	0,97	-	0,96	1,01	0,77	1,05	1,06		
Dez-98	0,90	0,80	0,75	0,94	-	0,95	0,99	0,75	1,05	1,04		
Jan-99	0,90	0,80	0,74	0,94	-	0,96	0,99	0,75	1,06	1,02		
Fev-99	0,90	0,79	0,71	0,89	-	0,96	0,98	0,71	1,03	1,00		
Mar-99	0,92	0,79	0,72	0,88	-	0,98	0,98	0,71	0,93	1,00		
Abr-99	0,94	0,79	0,74	0,88	-	0,97	0,98	0,70	0,92	0,97		
Mai-99	0,93	0,80	0,73	0,93	-	0,97	0,99	0,70	0,89	0,98		

Fonte: Elaboração própria IPEA/DISET.

Notas: 1. OC = Oligopólio Concentrado, OD = Oligopólio Diferenciado, ODC = Oligopólio Diferenciado Concentrado, OCOM = Oligopólio Competitivo, MC = Mercados Competitivos

2. Classificação segundo Possas, M. *Estruturas de Mercado em Oligopólio*. São Paulo: Hucitec, 1987.

Tabela V.3 – Balança Comercial Trimestral

Setores	(Em US\$ milhões)				
	III Trim 98	IV Trim 98	I Trim 99	abr/mai 99	jan/mai 99
Extrativa mineral	834,5553	744,7747	651,4	512,8	1164,2
Siderurgia	552,1301	529,742	536,2	416,3	952,5
Calçados	451,2106	409,4926	440,3	275,6	715,9
Óleos vegetais	763,7531	423,9881	313,6	396,3	709,9
Abate animais	381,7491	354,3266	386	320,7	706,7
Agropecuária	511,1445	-72,63822	24,1	550,8	574,9
Madeira e mobiliário	272,918	308,1181	318,3	239,1	557,4
Celulose, papel e gráfica	121,8631	95,89365	260,5	222,1	482,6
Metalurgia de não-ferrosos	119,8254	200,3278	237,4	141,9	379,3
Beneficiamento de prod. vegetais	366,6431	219,5315	70,4	151	221,4
Minerais não metálicos	-3,51509	-5,029491	5,7	26,3	32
Borracha	-44,27559	-1,327938	17	-5,7	11,3
Peças e outros veículos	53,80777	-205,2239	-29,1	14,4	-14,7
Outros produtos metalúrgicos	-113,529	-73,80359	-18,8	-3,5	-22,3
Veículos automotores	-369,2103	-257,0944	-16,6	-10,6	-27,2
Têxtil	-118,3355	-50,63089	-30,9	-20,3	-51,2
Outros produtos alimentares	-178,1311	-235,1925	-178,6	-27,3	-205,9
Indústrias diversas	-463,9128	-366,7636	-233,5	-138,5	-372
Químicos diversos	-531,9286	-363,1688	-297,2	-202,8	-500
Material elétrico	-410,3634	-435,0168	-290,7	-215,1	-505,8
Elementos químicos	-552,8092	-425,8025	-345,5	-260,8	-606,3
Refino de petróleo	-795,5799	-721,4506	-627,8	-575,3	-1203,1
Equipamentos eletrônicos	-1297,099	-1441,01	-1086,2	-628,8	-1715
Máquinas e tratores	-1593,511	-1491,408	-1144	-722,3	-1866,3
Total	-2042,6	-2859,366	-1038	456,3	-581,7

Fonte: IPEA/FUNCEX. Elaboração: IPEA/DISET.

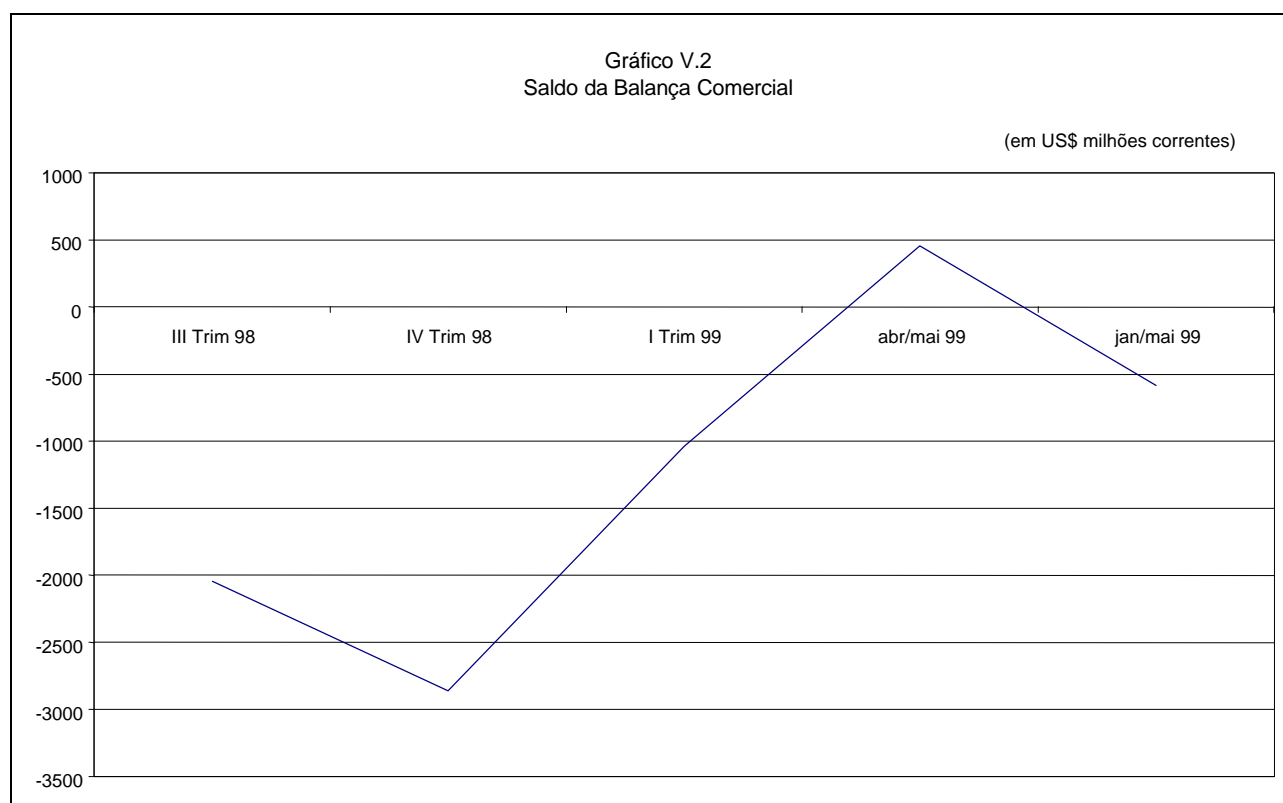


Tabela V.4 – Exportações Trimestrais

Setores	III Trim 98	IV Trim 98	I Trim 99	(Em US\$ milhões)	
				abr/mai 99	jan/mai 99
Peças e outros veículos	1305,144	1127,929	878,7	713,7	1592,4
Extrativa mineral	971,9352	852,411	752,4	579,3	1331,7
Siderurgia	783,364	720,0779	699,3	495,8	1195,1
Café	796,5976	703,9933	705,8	407,8	1113,6
Agropecuária	837,3179	309,4361	258,7	700,1	958,8
Celulose, papel e gráfica	468,8379	464,3982	501,5	375,7	877,2
Calçados	536,7081	491,4529	491	314,1	805,1
Máquinas e tratores	579,1028	610,591	468,5	333,6	802,1
Óleos vegetais	868,7756	519,6405	378,1	419,5	797,6
Abate animais	448,4111	427,1548	424,3	346,2	770,5
Metalurgia de não-ferrosos	414,0669	474,1935	462,7	294,1	756,8
Beneficiamento de prod. Vegetais	847,0954	654,1541	398,1	347	745,1
Veículos automotores	763,0132	566,2349	371,6	351,7	723,3
Madeira e mobiliário	351,2734	381,2685	363	267,9	630,9
Açúcar	596,0945	536,4107	372,8	229,7	602,5
Refino de petróleo	430,7667	383,326	291,7	219,4	511,1
Material elétrico	346,5919	321,512	279,8	209,3	489,1
Elementos químicos	269,838	248,5181	246,6	164,4	411
Equipamentos eletrônicos	244,8195	252,1576	224,6	179,9	404,5
Indústrias diversas	238,7296	262,0563	223,6	166,2	389,8
Têxtil	239,6484	218,6935	206,4	139,3	345,7
Outros produtos metalúrgicos	196,0964	210,7419	168,6	131,1	299,7
Químicos diversos	228,3991	228,9307	161,8	108	269,8
Borracha	159,2962	159,1202	143,7	94,8	238,5
Outros produtos alimentares	138,3146	126,6855	113,9	83,3	197,2
Minerais não metálicos	126,5192	123,4919	111,4	84,2	195,6
Total	13186,76	11374,58	9698,6	7756,1	17454,7

Fonte: IPEA/FUNCEX. Elaboração: IPEA/DISET.

Tabela V.5 — Índice de Rentabilidade das Exportações

Setores	Base: 94.III = 100				
	I Trim 98	II Trim 98	III Trim 98	IV Trim 98	I Trim 99
Peças e outros veículos	106,5	112,4	117,4	112	153,6
Material elétrico	107,5	109,6	115	115,1	152
Veículos automotores	109,6	110,7	113,2	114,7	149,2
Outros produtos metalúrgicos	106,1	119,1	111,9	107	148,4
Beneficiamento de produtos vegetais	101,2	105,2	111,2	119,6	146,7
Máquinas e tratores	93,8	102,4	102,6	106,9	143,7
Extrativa mineral	96,9	101,7	103,7	103,8	142,9
Minerais não metálicos	99,9	100,8	100,1	99,9	136,8
Têxtil	105	102,5	106,6	106	136,6
Borracha	102,6	103,5	105,3	105,6	135,5
Indústrias diversas	96,1	95	99,6	97,4	133,4
Químicos diversos	98,7	100,1	107,8	98,6	132,9
Elementos químicos	101,9	101,3	103,8	101,8	131,6
Outros produtos alimentares	84,6	93,5	97,9	99,7	131,4
Madeira e mobiliário	95,4	95,3	97,4	97,8	129,5
Óleos vegetais	133	107,3	98,1	96,1	123,6
Abate animais	84,5	86,6	88,1	91,5	122,1
Celulose, papel e gráfica	90,8	91,6	91,3	84,4	118,4
Metalurgia de não-ferrosos	96,2	95,4	91,9	91,9	114,6
Calçados	85	90,3	96,3	91,4	113,5
Equipamentos eletrônicos	102,3	97,6	94,5	85,3	112,1
Siderurgia	106,8	105	102,4	90,4	111
Agropecuária	92,3	85,3	86,2	89,8	106,2
Refino de petróleo	99,9	94,6	88,6	86,9	104,5
Café	96,4	84,5	71,4	68,4	93,6
Açúcar	83,5	73	69,2	66,6	86,8
Total	101,3333	98,63333	97,86667	96,7	127,0333

Fonte: FUNCEX.

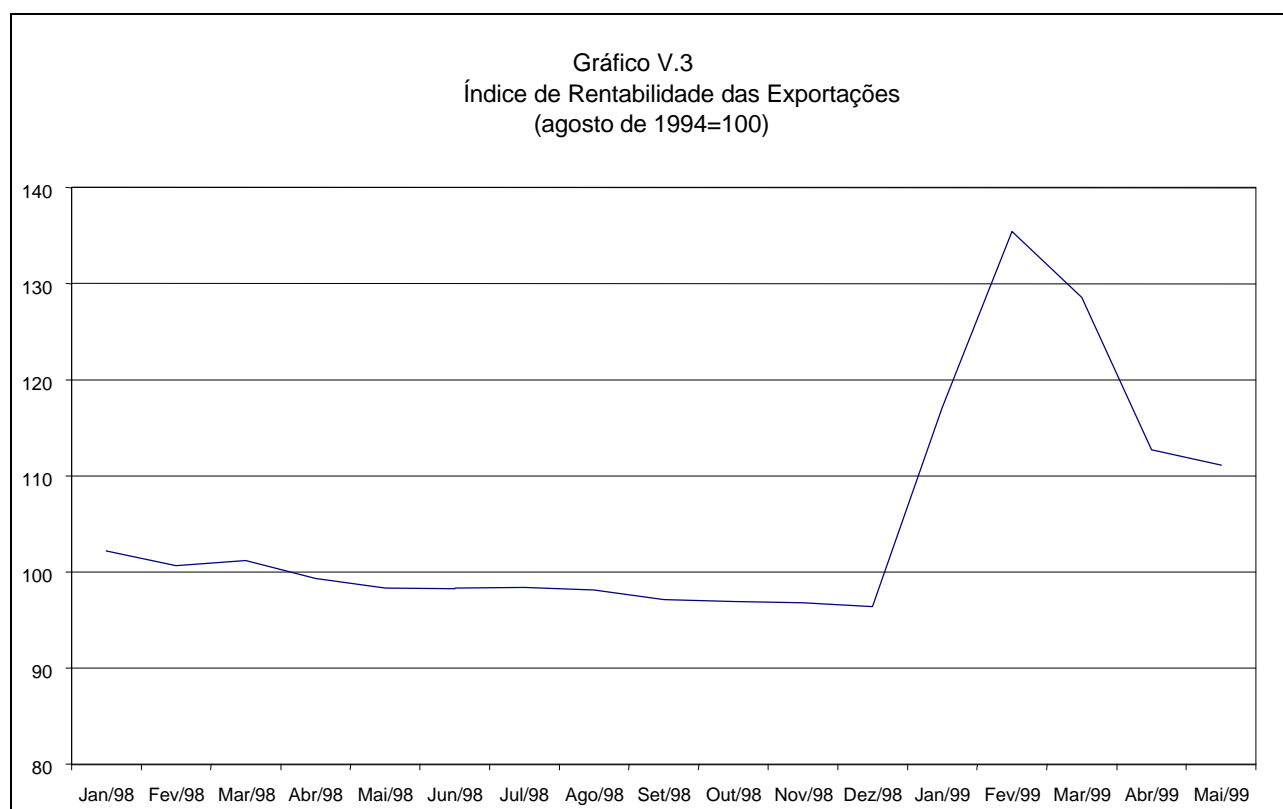


Tabela V.6 — Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME

(Em US\$ mil correntes)

MESES	1998							TOTAL
	LEASING	FINAME	AGRÍCOLA	BNDES-EXIM	SUBFIN.	BNDES-AUT.		
JAN	-	218.222	23.758	169.684	411.664	149.214	560.878	
FEV	-	221.790	35.240	117.892	374.923	173.436	548.359	
MAR	-	276.073	39.212	159.985	475.270	139.624	614.894	
ABR	589	218.561	37.474	114.075	370.699	153.488	524.187	
MAIO	7.989	243.108	23.202	190.400	464.700	142.512	607.211	
JUN	5.437	254.749	13.837	218.339	492.362	155.079	647.440	
JUL	14.705	289.948	16.533	192.526	513.712	167.118	680.830	
AGO	18.513	301.938	17.417	211.599	549.466	120.391	669.858	
SET	16.372	182.739	28.371	155.091	382.574	214.523	597.096	
OUT	28.880	252.046	15.365	85.811	382.103	159.790	541.893	
NOV	11.861	205.599	58.300	214.016	489.776	237.803	727.579	
DEZ	4.405	181.300	43.335	241.731	470.771	192.205	662.976	
TOTAL	108.752	2.846.074	352.043	2.071.149	5.378.019	2.005.183	7.383.202	

MESES	1999							TOTAL
	LEASING	FINAME	AGRÍCOLA	BNDES-EXIM	SUBFIN.	BNDES-AUT.		
JAN	1.514	93.726	33.818	135.890	264.948	123.230	388.177	
FEV	886	52.804	18.838	156.124	228.652	65.808	294.460	
JAN/FEV	2.400	146.530	52.656	292.014	493.600	189.038	682.638	

Fonte: BNDES.

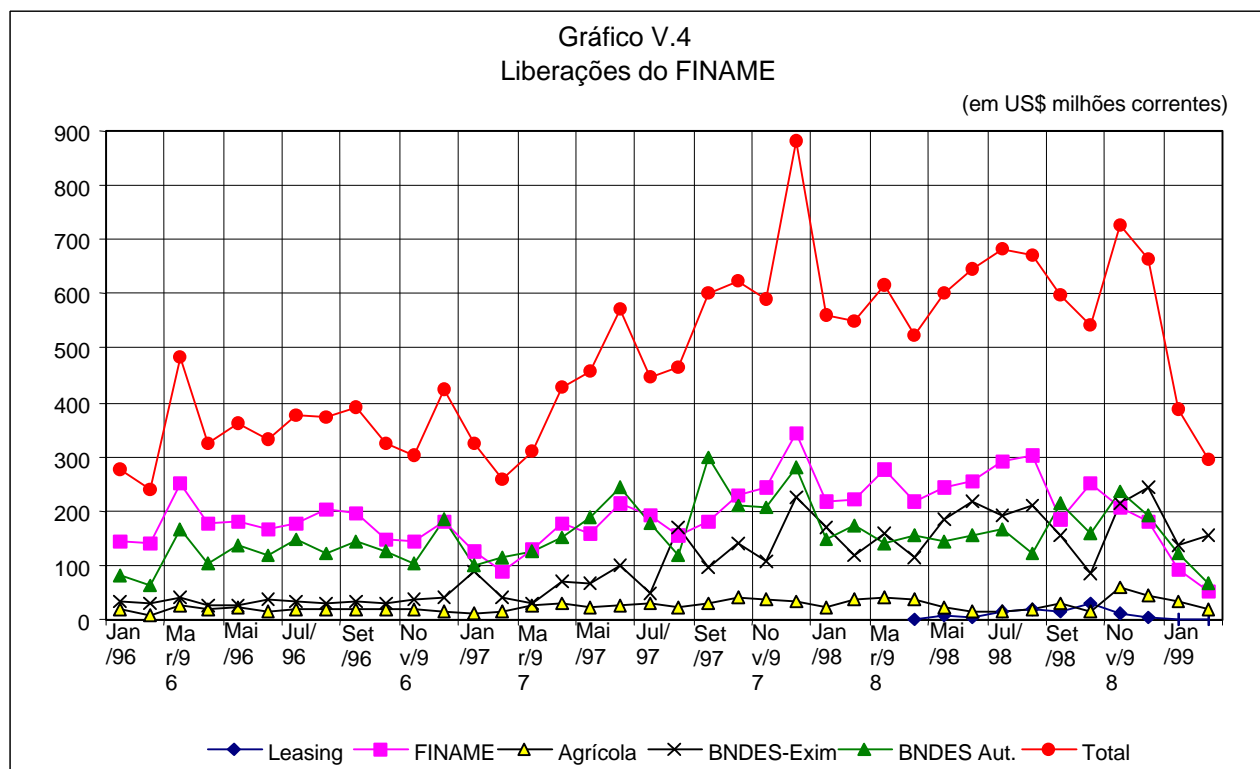


Tabela V.7 – Desembolsos da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME – por Setores, Janeiro a Dezembro de 1998

(Em US\$ mil correntes e %)

PROGRAMA	FINAME	FINAME	BNDES-EXIM	FINAME	BNDES	TOTAL	
	Agrícola			Leasing	Autom.	VALOR	%
SETOR COMPRADOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	%
(A B) AGROPECUÁRIA	337.260	58.132	9.979	665	585.762	991.798	13,43
(C) MINERAÇÃO	0	26.061	0	823	2.830	29.714	0,40
(D) INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	10.211	1.187.495	887.380	9.480	706.928	2.801.494	37,94
D15. Alimento e Bebida	9.741	359.876	109.886	4.067	186.367	669.937	9,07
D16. Fumo	0	0	750	0	3.597	4.347	0,06
D17. Têxteis	0	37.413	7.927	533	47.117	92.990	1,26
D18. Confecção, Vestuário e Acessórios	0	8.673	2.000	0	28.294	38.967	0,53
D19. Couro, Artefatos e Calçados	0	3.937	14.800	59	25.550	44.346	0,60
D20. Madeira	0	26.012	2.850	0	12.065	40.927	0,55
D21. Celulose e Papel	0	61.146	6.000	0	36.162	103.308	1,40
D22. Editorial e Gráfica	0	11.058	1.595	20	7.642	20.315	0,28
D23. Coque, Refino Petr., Prep. Combustíveis	470	115.748	0	243	3.901	120.362	1,63
D24. Química	0	66.837	12.164	347	64.726	144.074	1,95
D25. Borracha e Plástico	0	101.451	4.229	612	39.471	145.763	1,97
D26. Minerais Não Metálicos	0	45.206	9.768	1.256	39.298	95.528	1,29
D27. Metalurgia Básica	0	99.217	31.297	84	50.776	181.374	2,46
D28. Produtos de Metal (Exclusive Máquinas)	0	37.233	12.033	165	19.148	68.579	0,93
D29. Máquinas e Equipamentos	0	102.990	199.124	998	27.048	330.160	4,47
D30. Máquinas de Escritório e Informática	0	1.651	0	26	343	2.020	0,03
D31. Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	0	19.278	31.740	448	24.296	75.762	1,03
D32. Mat. Eletrônico e Equip. de Comunicação	0	3.085	300	0	15.624	19.009	0,26
D33. Equip. Médicos, Prec., Aut. Industrial	0	2.725	6.200	123	1.784	10.832	0,15
D34. Veículos, Reboques e Carrocerias	0	54.515	49.818	49	39.795	144.177	1,95
D35. Outros Equipamentos de Transporte	0	111	376.201	58	8	376.378	5,10
D36. Móveis e Indústrias Diversas	0	28.442	8.698	392	33.694	71.226	0,96
D37. Reciclagem	0	891	0	0	222	1.113	0,02
(E – Q) COMÉRCIO E SERVIÇOS	4.572	1.574.386	97.681	97.784	709.663	2.484.086	33,65
E 40. Eletricidade, Gás e Água Quente	0	23.479	0	29	90.463	113.971	1,54
E 41. Captação, Trat. e Dist. de Água	0	88	0	0	1.410	1.498	0,02
F 45. Construção	0	238.584	0	14.265	13.253	266.102	3,60
G 50. Com., Rep. Veíc. e Motos e Combustíveis	0	127.603	25.681	11.841	220.351	385.476	5,22
H 55. Alojamento e Alimentação	0	1.317	0	168	66.561	68.046	0,92
I 60. Transporte Terrestre Passageiro	0	448.462	10.000	43.514	17.967	519.943	7,04
I 60. Transporte Terrestre Cargas	0	342.032	0	22.927	6.761	371.720	5,03
I 60. Transporte Terrestre Outros	0	268.670	0	0	9.771	278.441	3,77
I 61. Transporte Aquaviário	0	7.787	0	0	0	7.787	0,11
I 62. Transporte Aéreo	0	1.224	62.000	0	0	63.224	0,86
I 63. Ativ. Auxiliares do Transp. e Agências	0	20.033	0	1.168	29.914	51.115	0,69
I 64. Correio e Telecomunicações	0	1.220	0	443	13.961	15.624	0,21
J 65. Intermediação Financeira	4.572	51.411	0	0	59.644	115.627	1,57
K 70. Atividades Imobiliárias	0	26.200	0	2.992	17.930	47.122	0,64
L 75. Adm. Públ., Defesa e Seguridade Social	0	1.500	0	0	645	2.145	0,03
M 80. Educação	0	2.909	0	253	48.215	51.377	0,70
N85. Saúde e Serviços Sociais	0	9.355	0	53	72.227	81.635	1,11
O. Outros Serv. Coletivos, Sociais e Pessoais	0	2.512	0	131	40.590	43.233	0,59
TOTAL BRASIL	352.043	2.846.074	995.040	108.752	2.005.183	6.307.092	85,42
EXTERNO (EXPORTAÇÃO)	0	0	1.076.109	0	0	1.076.109	14,58
TOTAL	352.043	2.846.074	2.071.149	108.752	2.005.183	7.383.201	100,00

(continua)

Tabela V.7 (continuação) – Desembolsos da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME – por Setores, Janeiro a Julho de 1999

(Em US\$ mil correntes e %)

PROGRAMA	FINAME	FINAME	BNDES-EXIM	FINAME	BNDES	TOTAL	
	Agrícola			Leasing	Autom.	VALOR	%
SETOR COMPRADOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	%
(A B) AGROPECUÁRIA	211.744	6.642	5.821	445	144.965	369.617	14,68
(C) MINERAÇÃO	0	3.958	0	138	348	4.444	0,18
(D) INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	4.987	284.798	488.959	3.032	190.668	972.444	38,63
D15. Alimento e Bebida	4.939	77.364	166.896	817	56.188	306.204	12,16
D17. Têxteis	0	5.762	16.725	79	11.420	33.986	1,35
D18. Confecção, Vestuário e Acessórios	0	445	0	0	5.999	6.444	0,26
D19. Couro, Artefatos e Calçados	0	2.553	4.600	0	4.200	11.353	0,45
D20. Madeira	0	4.728	7.022	23	3.455	15.228	0,60
D21. Celulose e Papel	0	18.649	32.000	62	7.298	58.009	2,30
D22. Editorial e Gráfica	0	1.014	0	0	5.720	6.734	0,27
D23. Coque, Refino Petr., Prep. Combustíveis	48	36.461	0	164	620	37.293	1,48
D24. Química	0	25.636	9.288	307	28.615	63.846	2,54
D25. Borracha e Plástico	0	14.493	6.657	365	9.106	30.621	1,22
D26. Minerais Não Metálicos	0	10.493	7.890	227	12.210	30.820	1,22
D27. Metalurgia Básica	0	32.394	46.338	70	10.185	88.987	3,53
D28. Produtos de Metal (Exclusive Máquinas)	0	21.534	33.770	771	5.498	61.573	2,45
D29. Máquinas e Equipamentos	0	16.334	78.734	22	6.614	101.704	4,04
D30. Máquinas de Escritório e Informática	0	147	0	46	40	233	0,01
D31. Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	0	2.828	13.725	0	5.295	21.848	0,87
D32. Mat. Eletrônico e Equip. de Comunicação	0	282	0	0	1.450	1.732	0,07
D33. Equip. Médicos, Prec., Aut. Industrial	0	199	0	27	65	291	0,01
D34. Veículos, Reboques e Carrocerias	0	8.504	3.203	40	10.848	22.595	0,90
D35. Outros Equipamentos de Transporte	0	203	60.000	12	592	60.807	2,42
D36. Móveis e Indústrias Diversas	0	4.200	2.111	0	4.101	10.412	0,41
(E – Q) COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.804	173.287	65.000	13.437	294.122	547.650	21,75
E 40. Eletricidade, Gás e Água Quente	0	18.875	0	0	27.524	46.399	1,84
E 41. Captação, Trat. e Dist. de Água	0	65	0	0	1.514	1.579	0,06
F 45. Construção	0	19.274	0	1.428	6.412	27.114	1,08
G 50. Com., Rep. Veíc. e Motos e Combustíveis	0	21.093	0	1.781	87.730	110.604	4,39
H 55. Alojamento e Alimentação	0	60	0	0	25.538	25.598	1,02
I 60. Transporte Terrestre Passageiro	0	43.917	5.000	4.496	6.470	59.883	2,38
I 60. Transporte Terrestre Cargas	0	36.948	0	5.219	1.303	43.470	1,73
I 60. Transporte Terrestre Outros	0	5.050	0	0	262	5.312	0,21
I 61. Transporte Aquaviário	0	496	0	0	163	659	0,03
I 63. Ativ. Auxiliares do Transp. e Agências	216	2.898	0	40	7.616	10.770	0,43
I 64. Correio e Telecomunicações	0	52	0	51	39.351	39.454	1,57
J 65. Intermediação Financeira	1.519	19.137	0	0	25.165	45.821	1,82
K 70. Atividades Imobiliárias	69	2.758	0	401	7.896	11.124	0,44
L 75. Adm. Públ., Defesa e Seguridade Social	0	0	0	0	1.342	1.342	0,05
M 80. Educação	0	1.063	0	0	20.395	21.458	0,85
N85. Saúde e Serviços Sociais	0	1.337	0	0	20.900	22.237	0,88
O. Outros Serv. Coletivos, Sociais e Pessoais	0	264	0	21	14.316	14.601	0,58
TOTAL BRASIL	218.535	468.685	559.780	17.052	630.103	1.894.155	75,24
EXTERNO (EXPORTAÇÃO)	0	0	623.275	0	0	623.275	24,76
TOTAL	218.535	468.685	1.183.055	17.052	630.103	2.517.430	100,00

Fonte: BNDES.

Tabela V.8 – Taxa de Câmbio Efetiva Real

(Base: agosto de 1994 = 100)

Período	Índice da Taxa de Câmbio Efetiva Real R\$/Cesta de 13 moedas
I Trim 98	92,27
II Trim 98	93,73
III Trim 98	95,73
IV Trim 98	99,47
I Trim 99	132,47
abr/mai 99	120,55

Fonte: FUNCEX.

Tabela V.9 – Brasil: Índice de Custo Unitário da Mão-de-Obra (ULC)

	Salário Real	Produtividade	Câmbio Real	ULC
Anual (base: 1985=100)				
1988	104,78	97,97	74,08	145,03
1989	98,30	103,48	61,11	157,39
1990	85,85	100,59	45,75	189,13
1991	82,25	108,93	55,32	136,67
1992	92,02	114,00	58,58	138,26
1993	98,93	125,47	52,94	149,48
1994	105,44	139,32	45,64	168,01
1995	115,5	145,11	39,29	203,11
1996	119,81	164,42	40,51	180,23
1997	121,52	186,32	40,17	162,93
1998	124,02	200,48	41,73	148,61
Trimestral (variação percentual em relação ao mesmo trimestre do ano anterior)				
I/1998	3,0	8,3	1,4	-6,1
II/1998	2,4	8,2	3,5	-8,5
III/1998	2,4	7,3	4,4	-8,7
IV/1998	0,3	4,3	6,3	-9,6
I/1999	-1,4	5,1	44,7	-34,7

ULC = [(Salário Real / Câmbio Real) / Produtividade]*10.000.

* Produtividade = Produção Física / Número de Horas Pagas na Produção; Salário Real = Salário Contratual Médio Real;

Taxa de Câmbio Real = Taxa de Câmbio Nominal / IPA-DI.

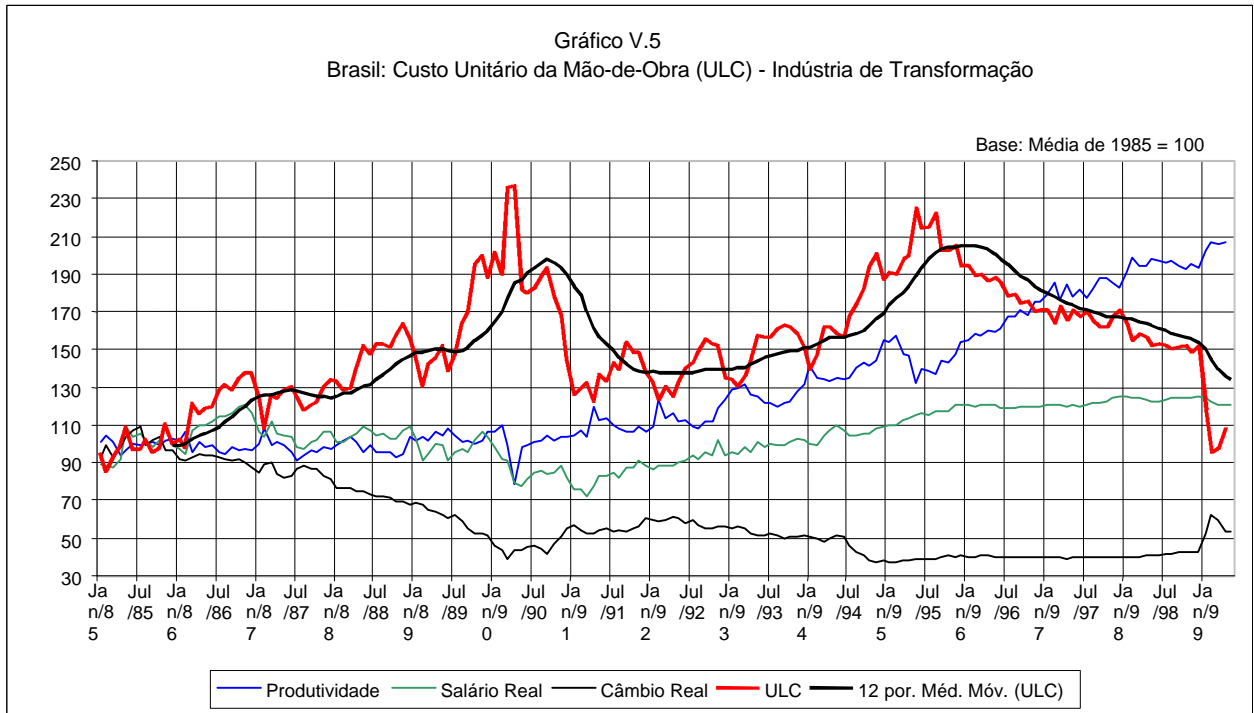
Fontes: IBGE, FGV e Banco Central. Elaboração: IPEA — DISET.

Tabela V.10 – Países Selecionados: Índice de Custo Unitário da Mão-de-Obra (ULC)

	EUA	Japão	Alemanha	Inglaterra
Anual (base:1985=100)				
1988	100,2	95,8	106,9	101,6
1989	101,9	96,6	108,0	107,0
1990	104,9	99,5	110,3	113,3
1991	108,4	103,6	108,2	118,9
1992	108,4	112,5	113,8	119,0
1993	108,7	117,6	118,0	118,8
1994	108,0	117,2	110,8	118,4
1995	105,4	114,6	110,5	123,0
1996	102,6	112,4	109,7	129,1
1997	101,5	110,0	103,1	134,0
1998	101,8	116,7	110,2	139,6
Trimestral (variação percentual em relação ao mesmo trimestre do ano anterior)				
III/1998	0,9	7,6	-1,9	3,8
IV/1998	-0,7	5,2	1,2	2,5
I/1999	-1,2	3,3	4,0	1,3

Fonte: Financial Times.

Elaboração: IPEA — DISET.



Quadro V.1 – Processos Antidumping no Departamento de Defesa Comercial/MICT

Produto	País de Origem	Abertura do Processo ¹	Decisão final
Hidrômetros residenciais	China	Circ. 16 — 5/6/1997	Encerramento de investigação sem aplicação de medida Circ. 20 — 4/6/98
Ferro cromo alto carbono	África do Sul, Casaquistão e Rússia	Circ. 35 — 11/9/1997	Aplicado Direito Definitivo Port. Interm. nº 19 – 21/10/98
Tubos para coleta de sangue	EUA e Reino Unido	Circ. 36 — 15/9/1997	Aplicado Direito Definitivo Port. Interm. nº 22 – 16/10/98
Sacos de juta	Bangladesh e Índia	Circ. 39 — 24/9/1997	Aplicado Direito Definitivo Port. Interm. nº 16 – 24/9/98
Policloreto de vinila	México e EUA	Circ. 45 — 15/12/1997	Aplicado Direito Definitivo Port. Interm. nº 25 – 22/12/98
Roda livre simples	Índia	Circ. 46 — 15/12/1997	Revogado Direito Definitivo Port. Interm. nº 1 — 10/3/98
Brocas helicoidais	China	Circ. 1 — 9/1/1998	Aplicado Direito Definitivo Port. Interm. nº 27 – 24/12/98
Ferro-cromo alto carbono	África do Sul	Circ. 4 — 12/2/1998	Aplicado Direito Definitivo Port. Interm. nº 20 – 21/10/98
Policarbonatos	Alemanha e EUA	Circ. 5 — 12/2/1998	Em andamento
Unidade de bombeio mecânico para poços de petróleo	Romênia	Circ. 6 — 12/2/1998	Aplicado Direito Definitivo Port. Interm. nº 26 – 24/10/98
Garrafa térmica e ampola de vidro para garrafas térmicas	China	Circ. 19 – 4/6/98	Aplicado Direito Provisório Port. Interm. nº 28 – 31/12/98
Tubos para coleta de sangue a vácuo	EUA	Circ. 36 – 19/10/98	Em andamento
Hidroxietilcelulose não hidrofobicamente modificado	Holanda e EUA	Circ. 38 – 19/10/98	Em andamento
Tubos de aço sem costura	Romênia	Circ. 39 – 19/10/98	Em andamento
Produtos planos de aço inoxidável, laminados a quente	África do Sul, Alemanha e Japão	Circ. 42 – 30/11/98	Em andamento
Produtos planos de aço inoxidável, laminados a frio	África do Sul, Alemanha, Espanha, França, Itália, Japão e México	Circ. 42 – 30/11/98	Em andamento

1 — Data de publicação no Diário Oficial da União de Circular do MICT para abertura de processo.

Fonte: DDC/MICT, março de 1999.

Quadro V.2 – Ações de Defesa Comercial Promovidas pelo Brasil na omc

País Reclamado	Assunto	Características do Processo
EUA (WT/DS2)	Gasolina	Fase de implementação do relatório adotado. Os Estados Unidos anunciaram a implementação da recomendação do Órgão de Solução de Controvérsias como determinado em 19/08/97.
Comunidade Européia (WT/DS69)	Produtos derivados do frango	Caso Completado. O Brasil recorreu no final de abril da decisão do Grupo Especial apresentado em 12 de março de 1998. O Órgão de Apelação revogou a decisão do Grupo Especial de que a União Européia tinha agido inconsistentemente com o Artigo 5.1(b) do Acordo sobre Agricultura. O Órgão de Apelação concluiu, entretanto, que a União Européia agiu inconsistentemente com o Artigo 5.5 do Acordo sobre Agricultura. O Órgão de Solução de Controvérsias adotou o relatório do Grupo Especial modificado pelo Órgão de Apelação.
Comunidade Européia (WT/DS69)	Produtos derivados do frango	Fase de implementação do relatório adotado. A Comunidade Européia e o Brasil anunciaram na reunião do Órgão de Solução de Controvérsias, realizada em 21/10/98, que chegaram a um acordo mútuo sobre o período de tempo para a implementação do relatório, que será até o dia 31/03/99.
Canadá (WT/DS70)	Aeronaves	Relatório do Órgão de Apelação Emitido. O Brasil solicitou no dia 10/07/98 a abertura de Grupo Especial alegando que os subsídios dados pelo governo canadense para a exportação de aeronaves civis são medidas inconsistentes com o Artigo 3 do Acordo de Subsídios. Os Estados Unidos reservaram direitos de terceira parte na disputa. O relatório do Grupo Especial circulou entre os membros em 14/04/99. Em 03/05/99 o Canadá notificou sua intenção de apelar sobre certas questões de lei e interpretações legais adotadas pelo Grupo Especial. O Órgão de Apelação confirmou os resultados do Grupo Especial. O relatório do Órgão de Apelação circulou em 02/08/99.
Canadá (WT/DS71)	Aeronaves	Consulta Pendente. Pedido feito em 10/3/97 e tem o mesmo teor da ação WT/DS70. Mas aqui o Brasil argumenta que as medidas de subsídios adotadas pelo Canadá causam efeitos adversos de acordo com o Artigo 5 do Acordo de Subsídios.
Peru (WT/DS112/1)	Ônibus	Consulta Pendente. Pedido feito em 23/12/97 diz respeito à investigação sobre a imposição de alíquotas de importação iniciadas pelo Peru contra as importações de ônibus do Brasil. O Brasil afirma que os procedimentos seguidos pelas autoridades peruanas para iniciar esta investigação são inconsistentes com os Artigos 11 e 13.1 do Acordo de Subsídios.
Comunidade Européia (WT/DS154/1)	Café	Consulta Pendente. Disputa iniciada em 07/12/98. Diz respeito ao tratamento preferencial especial sob o Sistema Geral de Preferência (SGP) da Comunidade Européia aplicável a países da Comunidade Andina e do Mercado Comum da América Central. No caso do café solúvel, esse tratamento preferencial especial contido no Regulamento do Conselho (Comunidade Européia) No. 1256/96 garante tarifa zero no mercado da Comunidade Européia. O Brasil afirma que esse tratamento especial afeta a importação na Comunidade Européia de café solúvel proveniente do Brasil e alega ainda que tal tratamento é inconsistente com a <i>Enabling Clause</i> e com o artigo I do GATT 1994.

Fonte: Organização Mundial do Comércio, março de 1999.

Quadro V.3 – Ações de Defesa Comercial Promovidas contra o Brasil na OMC

País Reclamante	Assunto	Características do Processo
Filipinas (WT/DS22)	Coco	Fase de Implementação do Relatório Adotado. Nenhuma medida foi aplicada contra o Brasil, conforme decisão do Grupo Especial, que foi mantida em 20/3/97.
Filipinas (WT/DS22)	Coco	Caso completado. As Filipinas protestaram contra a medida compensatória imposta pelo Brasil sobre as exportações de coco das Filipinas, alegando ser inconsistente com as regras da OMC e do GATT. O relatório do Grupo Especial para o caso concluiu a improcedência do argumento do reclamante (Filipinas). O relatório do Corpo de Apelação foi acatado pelo Órgão de Solução de Controvérsias em 20/03/97.
Sri Lanka (WT/DS30)	Coco	Consulta Pendente. O Sri Lanka protestou quanto à imposição de alíquota de importação referente ao coco. De acordo com o reclamante, a alíquota brasileira é inconsistente com os Artigos I, II e VI do GATT e Artigo 13(a) do Acordo Agrícola. 23/02/96.
Canadá (WT/DS46)	Programa de financiamento de exportação para aeronaves	Relatório do Órgão de Apelação Emitido. O Canadá solicitou no dia 10/07/98 a abertura de Grupo Especial alegando que o subsídio concedido por intermédio do PROEX para compra de aeronaves brasileiras da EMBRAER era inconsistente com os Artigos 3, 27.4 e 27.5 do Acordo de Subsídios. Os Estados Unidos reservaram o direito de terceira parte na disputa. O Brasil notificou no dia 03/05/99 sua intenção de apelar das decisões do Grupo Especial. O Órgão de Apelação confirmou todas as decisões do Grupo Especial mas reverteu e modificou a interpretação de "vantagens materiais" conforme o item (k) da lista ilustrativa do Acordo de Subsídios. O relatório do Órgão de Apelação circulou entre os membros no dia 02/08/99.
Japão (WT/DS51)	Setor automotivo	Consulta Pendente. Pedido de 30/07/96. Violação do Artigo 2 do Acordo TRIMS; Artigos I:1, III:4 e XI:1 e Artigos 3, 27.2 e 27.4 do Acordo de Subsídios e pedido de não violação com base no Artigo XXIII: 1(b) do GATT.
EUA (WT/DS52)	Setor automotivo	Consulta Pendente. Pedido datado de 09/08/96. Violação do Artigo 2 do Acordo TRIMS; Artigos I:1, III:4 e Artigos 3 e 27.4 do Acordo de Subsídios. Pedido de não violação com base no Artigo XXIII: 1(b) do GATT 1994.
EUA (WT/DS65)	Setor automotivo	Consulta Pendente. Pedido feito em 10/01/1997, e que tem aproximadamente o mesmo teor da ação anterior. No entanto, inclui ainda questionamento sobre medidas adotadas pelo Brasil que beneficiam certas companhias localizadas no Japão, Coreia e Comunidade Européia. Os EUA alegam violação aos Artigos I:1, III:4 e XXIII:1(b) do GATT, Artigo 2 do Acordo TRIMS e Artigos 3 e 27.4 do Acordo de Subsídios.
Comunidade Européia (WT/DS81/1)	Setor automotivo	Consulta Pendente. Requerimento feito em 07/05/97 a respeito de certas medidas de comércio e investimento implementadas pelo Brasil, incluindo particularmente as Leis nº 9.440 e nº 9.449 de 14/03/1997 e o Decreto nº 1.987 de 20/08/96. A Comunidade Européia argumenta que essas medidas do Brasil violam os artigos I:1 e III:4 do GATT 1994, Artigos 3, 5 e 27.4 do Acordo de Subsídios, e o Artigo 2 do Acordo TRIMS.
Comunidade Européia (WT/DS116/1)	Regras para pagamento das importações	Consulta Pendente. Esse pedido, de 09/01/1998, diz respeito às medidas que afetam os termos de pagamento das importações introduzidas pelo Banco Central do Brasil. A Comunidade Européia argumenta que essas medidas violam os Artigos 3 e 5 do <i>Agreement on Import Licensing Procedures</i> .

Fonte: Organização Mundial do Comércio, março de 1999.

Boletim de Política Industrial

Grupo de Acompanhamento de Política Industrial — GAPI
Luiz Dias Bahia / Carlos Campos / Júnia Cristina P. R. da
Conceição / Aline Diniz Amaral / João Alberto De Negri /
Aguinaldo Nogueira Maciente / Thiago Rabelo Pereira / Marco
Flávio da Cunha Resende / Rute Imanishi Rodrigues / Mônica
M. A. Couto e Silva.
Estagiária Assistente: Elisa Marin

Encerramento da redação: 27/08/1999

Boletim de Política Industrial é uma publicação de responsabilidade do Grupo de Acompanhamento de Políticas Industriais — GAPI — do IPEA/DISET, cuja coordenação encontra-se a cargo de Marco Flávio da Cunha Resende. As opiniões aqui emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Estado do Planejamento e Avaliação.
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada — IPEA
Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais — DISET
SBS Q1, Bloco J, Edifício BNDES, 9º andar
Brasília — DF — 70076-900
Tel: (061) 315-52 79 e 315-5165 — Fax: (061) 315-5321
E-mail: marco@ipea.gov.br
URL: <http://www.ipea.gov.br/pub/bpi/bpi.html>

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
Martus Tavares Ministro
Guilherme Dias – Secretário Executivo



Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Presidente

Roberto Borges Martins

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais

Luís Fernando Tironi